

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**VENEZUELA: O GOVERNO HUGO CHÁVEZ E A UTILIZAÇÃO DA RENDA
PETROLEIRA**

DANIEL DA CUNDA CORRÊA DA SILVA

Florianópolis

2009

DANIEL DA CUNDA CORRÊA DA SILVA

**VENEZUELA: O GOVERNO HUGO CHÁVEZ E A UTILIZAÇÃO DA RENDA
PETROLEIRA**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Nildo Domingos Ouriques

Assinatura: 

Florianópolis

2009

Dedico este trabalho a meus pais, Fernando e Ana Paula, que estiveram presentes e me deram todas as condições necessárias para que eu pudesse realizar este percurso.

A História geralmente nos é apresentada como algo místico, uma ruptura, um acontecimento extraordinário, intocável. Ao passo que a cotidianidade é o mundo dos hábitos e, portanto, permanece constante. A verdade é que o cotidiano é o suporte da história. A automatização da vida humana e a banalização do dia-a-dia são um processo histórico, destinado a legitimar a ordem vigente. Do modo mecânico e familiar como se apresenta a realidade, o homem simplesmente não consegue imaginar que tudo isso um dia possa mudar.

Karel Kosik

Resumo

Este trabalho tem o objetivo principal de verificar a aplicação dos recursos provenientes da renda petroléira venezuelana no período de governo de Hugo Chávez. Para tanto, a pesquisa inicia com um resgate teórico do método de pesquisa na economia política. Em seguida explicita-se a importância do conceito de renda da terra, como o mais apropriado para o estudo da renda petroléira. A fundamentação teórica encerra-se com a apresentação do conceito de excedente econômico, justificado pelo incremento dos recursos controlados pelo Estado durante o período estudado. Fazendo-se um resgate histórico desde a nacionalização dos hidrocarbonetos nos anos 70, mostra-se que a renda petroléira pertencia ao Estado de modo apenas formal, e que a bonança desfrutada pela população venezuelana nos tempos de alta súbita do preço do petróleo era temporária. A intensificação de políticas petroléiras liberalizantes dos anos subsequentes cultivou, com o passar dos anos, um hiato estrutural entre as diretrizes aplicadas pela estatal petroléira – PDVSA – e a conduta do governo central. Tal fenômeno traduziu-se em descontentamento social profundo. O trabalho detalha como o *caracazo*, do final da década de 80, representa um episódio crítico desta conjuntura de instabilidade. Após uma tentativa de golpe de Estado em 1992, Chávez ganha projeção nacional e começa a articular uma candidatura à presidência da República. Beneficiado pelo processo de degradação interna, Hugo Chávez chega em 1998 ao cargo máximo de chefe do poder executivo. Após a apresentação do processo histórico que levou Hugo Chávez ao cargo, revela-se como o novo dirigente nacional procurou reverter o processo de abertura petroléira e reorganizou estruturalmente a relação entre o Estado e os recursos naturais domésticos. A partir da análise de indicadores econômicos, procura-se investigar se o inquestionável avanço em termos sociais da Revolução Bolivariana será capaz de se sustentar futuramente sem depender de maneira essencial da riqueza advinda da renda petroléira.

Palavras-Chave: Venezuela, Hugo Chávez, renda petroléira.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Objetivo Geral	9
1.2	Objetivos Específicos.....	9
1.3	Justificativa.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	O método na economia política.....	12
2.2	A renda da terra	17
2.2.1	<i>A Renda da Terra Consuetudinária</i>	18
2.2.2	<i>Os regimes proprietaral e não-proprietaral</i>	20
2.3	O excedente econômico	23
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	28
3.1	Os anos 1970	28
3.1.1	<i>A PDVSA e a mudança do regime não proprietaral ao regime proprietaral</i>	32
3.2	Os anos 1980 e 1990	34
3.2.1	<i>A abertura petroleira e a derrocada do regime proprietaral</i>	36
4	O GOVERNO HUGO CHÁVEZ.....	39
4.1	De 1999 a 2004	39
4.1.1	<i>O início do retorno ao regime proprietaral</i>	40
4.2	De 2004 aos dias atuais	41
5	O GOVERNO HUGO CHÁVEZ E A UTILIZAÇÃO DA RENDA PETROLEIRA	47
5.1	Apresentação de indicadores.....	47
5.2	Análise dos indicadores.....	53
5.3	Breve comentário sobre os indicadores.....	54
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
7	REFERÊNCIAS	61
8	APÊNDICE	64
8.1	Revisão de conceitos	64
9	ANEXOS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Hugo Chávez foi eleito presidente da Venezuela em 1998 com base em propostas que possuíam forte identificação com os anseios populares. A expressiva votação que conseguiu junto às massas denota o esgotamento interno dos caminhos tradicionais de superação da dependência e das demandas sociais mais urgentes. Três conceitos são fundamentais para compreender o significado do processo histórico venezuelano: a discussão sobre soberania nacional, autodeterminação e democracia.

Na sua Seção V, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela atribui importância primordial à soberania, ao definir claramente os objetivos e princípios que devem reger a conduta internacional do país. Nela se estabelece que as relações internacionais da Venezuela respondem aos fins do Estado, em função do exercício da soberania e dos interesses do povo, assim como a defesa e a suprema vigilância dos seus interesses gerais.

No que concerne ao tema da autodeterminação, percebe-se nas palavras de Hugo Chávez (2007) a ênfase na necessidade de que todos os cidadãos tenham direito a viver e se desenvolver com a faculdade de participar dos debates e decisões das grandes questões nacionais, sem que haja qualquer tipo de intervenção direta de outras nações nos assuntos domésticos.

Sobre a democracia venezuelana, Chávez afirma que seu objetivo primordial é que as liberdades fundamentais (saúde, educação, habitação, trabalho e recreação) não sejam negadas à maioria da população. Segundo o presidente, o povo venezuelano está construindo uma democracia que, dia após dia, fundamenta sua legitimidade no direito. Legitimidade adquirida pelo sufrágio universal, pela vontade da maioria. Os direitos humanos e a justiça social, pondera Chávez, tem importância especial na Venezuela. Por isso, dá-se cada vez mais importância a uma democracia participativa e protagônica. A prioridade do Estado seria, então, restituir aos cidadãos os direitos políticos e civis que lhes foram desrespeitados ao longo dos anos, e ao mesmo tempo ampliar o seu acesso ao processo de tomada de decisões de caráter nacional.

Esta reformulação da conduta governamental logicamente não é recebida de modo acrítico. Não por outra razão, nos últimos dez anos a efervescência política balizou a história venezuelana. Durante certo tempo, foram recorrentes tentativas as de golpe de Estado, tendo sido o ocorrido em abril de 2002 o que mais adquiriu repercussão. Entre os julgamentos acerca do processo político em curso na Venezuela, acusa-se, de um lado, que o presidente pauta-se numa autocracia, promovendo a si próprio em sucessivas eleições. Por outro lado,

defende-se que seu modelo nacional-popular é, na verdade, o expoente maior de uma nova democracia. O fato é que, até 2008, a Venezuela passou por nada menos que treze processos eleitorais – foram três eleições presidenciais (1998, 2000, 2006); três referendos constitucionais (dois em 1999 e um em 2007); duas eleições parlamentares (1999, 2005); duas municipais (2000, 2005), duas regionais (2004, 2008); além do referendo revogatório de 2004. É importante ressaltar ainda que houve duas derrotas significativas dentro do sistema atual. Na primeira, Chávez sofreu um duro revés no referendo para a reforma constitucional de dezembro de 2007, por uma margem mínima. Na segunda, a base governista elegeu menos representantes regionais do que esperava em 2008. Em ambas procurou-se verificar quais foram os erros de estratégia política ocorridos, nunca se contestando a soberania popular explicitada pelas urnas.

O modelo alternativo apresentado pela Venezuela é adorado por muitos, e odiado por outros tantos. Em comum, ambas as visões cultivam um desconhecimento profundo do processo revolucionário venezuelano. Muito se escreve e se fala a respeito deste país. Entretanto, pouco se estuda efetivamente a Venezuela. Por conta disto, são muito desencontradas as informações a seu respeito.

Dez anos se passaram desde a eleição de Hugo Chávez, e é fato que o país passou por transformações sociais, políticas, culturais e econômicas. Inegavelmente, houve avanços na condição social da Venezuela. Entretanto, se faz necessário analisar em que medida tais transformações representam de fato algo que possa ser tomado como perene, estrutural, que não dependa cronicamente das oscilações internacionais de seu principal produto de exportação – o petróleo. Este é o objetivo principal da presente investigação.

O trabalho inicia-se com a apresentação dos objetivos e a justificativa do estudo. O passo seguinte refere-se à fundamentação teórica do trabalho, onde o método marxista, o estudo da teoria econômica da renda petroleira e o conceito de excedente econômico são eleitos para cumprir a função de orientação metodológica. Segue-se com um resgate histórico que remonta aos anos 70 e detalha-s o processo histórico que levou Hugo Chávez à presidência na Venezuela.

Posteriormente, dentro do estudo mais detalhado do período de governo de Hugo Chávez, julgou-se pertinente subdividir esta seção em outros dois tópicos: o primeiro momento encerra em 2004 e retrata os vários conflitos sociais, políticos e econômicos entre governo e oposição – incluindo o golpe de Estado de abril de 2002 e suas conseqüências para a atividade econômica. O segundo período abrange o triunfo de Chávez em aumentar significativamente a participação do Estado na companhia petroleira nacional, a *Petróleos de*

Venezuela S. A. (PDVSA), e possibilitar que o governo tenha recursos para realizar uma transformação social mais contundente e quiçá permanente na Venezuela.

No capítulo seguinte, é realizada a apresentação dos indicadores econômicos considerados capazes de demonstrar minimamente a possibilidade de superação da dependência crônica da riqueza do petróleo na Venezuela. São contemplados o produto interno bruto (PIB), o endividamento público externo, as reservas internacionais, o volume de produção manufatureira interna, o salário real, o consumo domiciliar, a taxa de desemprego e a formação bruta de capital fixo (FBKF). A concepção de quais das variáveis são expoentes desta mudança estrutural certamente são inerentes a cada pesquisador e estão sujeitas a julgamentos diversos. Entretanto, dado o arcabouço praticamente ilimitado de variáveis que poderiam ser inclusas na investigação, faz-se necessário elencar certos indicadores que se considera mais adequados a apontar resultados condizentes com a magnitude do problema de pesquisa levantado. Seguindo a apresentação dos dados, é feita a interpretação dos mesmos, analisando as principais implicações de suas variações e tendências. O trabalho encerra-se com as considerações finais, representadas por três comentários fundamentais à compreensão da pesquisa e do processo revolucionário em curso no país. Segue-se às considerações as referências adotadas, o apêndice e os anexos.

1.1 Objetivo Geral

Observar a evolução da situação econômica da Venezuela no governo Hugo Chávez, de 1999 a 2008, a partir da descrição das variáveis selecionadas – produto interno bruto endividamento público externo, reservas internacionais, volume de produção manufatureira interna, salário real, consumo domiciliar, taxa de desemprego e formação bruta de capital fixo (FBCF) – apresentar o processo de transformação social em curso no país e verificar em que medida existem mudanças de fato estruturais que possam indicar o início da superação do caráter dependente do Estado, menos vinculado essencialmente às oscilações do preço do petróleo.

1.2 Objetivos Específicos

- Analisar a conjuntura do país historicamente e durante o período contemplado pela pesquisa.

- Mapear a situação da Venezuela quanto ao produto interno bruto (PIB), ao endividamento público externo, às reservas internacionais, ao volume de produção

manufatureira interna, ao salário real, ao consumo domiciliar, à taxa de desemprego e à formação bruta de capital fixo (FBCF).

- Verificar quais destas variáveis têm maior participação na transformação econômica e social vivida pela Venezuela a partir de 1999.

1.3 Justificativa

Até 1998, a Venezuela era apenas mais um país da América Latina. Como qualquer outro país da região, uma pequena – mas poderosa – elite desfrutava dos benefícios advindos do controle dos recursos naturais do país, em especial do petróleo. Enquanto isso, a grande maioria da população vivia em condições miseráveis – a taxa de desemprego real beirava os 20%, segundo dados do *Banco Central de Venezuela*. Investidores estrangeiros aproveitavam-se da debilidade do Estado para realizar investimentos improdutivos e de curto prazo e lucravam abundantemente; desta forma inclusive, contribuíam para a perpetuação desta debilidade.

Em 1998, porém, a população venezuelana resolveu manifestar-se de maneira contrária a este ciclo vicioso. Hugo Chávez foi eleito presidente da República e, a partir de 1999, iniciou uma transformação o país.

Em seu primeiro ano de governo, ocupou-se em elaborar leis que reformassem significativamente a estrutura sócio-econômica da Venezuela. Dentre as leis mais importantes aprovadas por Chávez, destacam-se a Lei de Hidrocarbonetos e a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário. Com a primeira, Chávez elevou a participação do Estado no setor petrolífero, fazendo com que a maioria dos lucros auferidos da comercialização do mais importante recurso natural do país saísse do domínio privado. Com a segunda, deu início a uma reforma agrária, visando diminuir ou até eliminar boa parte da onerosa importação de produtos primários para o país. (FEIJÓ, *In* OURIQUES, 2005)

A repercussão de suas medidas foi bastante turbulenta. Manifestações eram organizadas constantemente por setores empresariais descontentes com a conduta do novo governante. O corolário da ação política, social e econômica da oposição foi a destituição de Chávez do cargo de presidente da República por conta do golpe de Estado de 11 de abril de 2002. Preso por 48 horas, Chávez conseguiu retornar à presidência com grande respaldo popular.

Em meio à instabilidade política vigente, foi solicitada pelos partidos políticos de oposição à Chávez uma consulta popular, para que os venezuelanos decidissem se gostariam que o dirigente máximo venezuelano finalizasse seu mandato. Chávez triunfou vencendo o

referendo com 58,25% dos votos, e o povo venezuelano aprovou a continuidade da chamada Revolução Bolivariana. (FEIJÓ, *In* OURIQUES, 2005)

Durante o governo Chávez, da posição de mero coadjuvante, o país passou a representar uma liderança forte na América Latina. Sua eleição é vista como um marco no continente, especialmente por ser contemporânea às eleições de Evo Morales na Bolívia e Rafael Corrêa no Equador, que denotam uma insatisfação da população latino-americana com as reformas da modernização capitalista até então realizadas.

Boa parte da imprensa, por sua vez, passa a imagem à opinião pública mundial de que a Venezuela é um país onde impera o populismo, o caudilhismo e não há democracia.

Em resposta às distorções da mídia internacional, Hugo Chávez apoiou a criação da *Telesur*, em 2005. A nova emissora é uma rede de televisão com sede na Venezuela que apresenta telejornais informativos para toda a América Latina, representando uma visão alternativa à programação das tradicionais emissoras nacionais latino-americanas e redes internacionais de notícias.

Diante deste quadro de informações controversas e desencontradas, faz-se necessário estudar a Venezuela. Mais que uma *época de mudanças*, os movimentos de transformação da América Latina dos últimos anos apontam para uma *mudança de épocas*, em que o subcontinente desperta politicamente e resgata os conceitos de soberania e autodeterminação. Investigar o tema a partir do estudo da Venezuela é a proposta primeira deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma discussão sobre a fundamentação teórica deste trabalho demanda reflexões sobre o método na economia política. Esta discussão será respaldada, neste capítulo, pelo pensamento presente nos *Grundrisse*, de Karl Marx. O tema do método de pesquisa na ciência social e, mais precisamente, na Economia, ainda é também abordado por Ludovico Silva e Karel Kosik, que também embasarão as considerações deste tópico e balizarão este trabalho. A interpretação de Bernard Mommer, a partir da renda da terra sob a perspectiva marxista, pautará a análise posterior da exploração dos recursos naturais, mais precisamente do petróleo. Por fim, a elevação da arrecadação do Estado venezuelano, que encontra no petróleo o seu âmago, será abordada apropriando-se das considerações de Paul Baran e Paul Sweezy sobre o excedente econômico.

2.1 O método na economia política

O método de pesquisa na economia política é assunto crucial na obra de Karl Marx. De acordo com o autor, para que se faça qualquer análise sobre Economia, deve-se partir de uma situação concreta. Em seguida, é necessário dirigir-se ao terreno abstrato e, por fim, retornar ao mundo concreto mais uma vez, sob uma ótica diferenciada. O concreto, segundo Marx, é a análise de múltiplas determinações, pertencente ao todo. Aparentemente, é o resultado, a conclusão, o fim. Contudo, deve ser considerado o ponto de partida. De acordo com o autor, a categoria mais simples pode expressar relações dominantes de um todo não desenvolvido, ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes que o todo se desenvolvesse no sentido representado por uma categoria mais concreta. Nas palavras de Marx:

O todo, tal como aparece na mente como todo do pensamento, é um produto da mente que pensa e se apropria o mundo do único modo possível, modo que difere da apropriação desse mundo na arte, na religião, no espírito prático. (MARX, 1991, p. 3)

Marx interpretava o método como sendo a via necessária para demonstrar a verdade dos fenômenos aparentes que constituem o sistema. O método consiste em demonstrar, através da análise e da abstração, o funcionamento real da economia política.

Como afirma o filósofo tcheco Karel Kosik, em sua obra *A Dialética do Concreto*, isoladamente é impossível compreender de maneira correta as situações. Quando age ignorando a relação entre os fenômenos, o homem executa a *práxis fetichizada*, ou seja, vive num mundo aparentemente real, o mundo da *pseudoconcreticidade*. A pseudoconcreticidade é

formada por fenômenos compostos de regularidade, praticidade e imediatismo. Estes fenômenos, para o autor, indicam a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência é indicada de modo apenas parcial. A compreensão da totalidade dos fenômenos sociais é, para Kosik (1976), o objetivo fundamental e a razão de ser do método. A compreensão da totalidade do fenômeno é, em última instância, a chegada à sua essência. Resgatando as palavras de Marx: “Se os homens apreendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência? Toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência coincidissem diretamente.” (MARX, *apud* KOSIK, 1976, p. 13). Assim sendo, o método deve atuar como decompositor do todo, para que posteriormente possa se compreender o todo estruturado.

Existem, para Marx, dois grandes problemas no método de pesquisa da economia política tradicional burguesa. O primeiro deles é procurar estabelecer imediatamente relações causais entre os acontecimentos; o segundo, presente sobretudo nas obras de seus predecessores, Adam Smith e David Ricardo, era a desconsideração da História na análise do sistema capitalista. Smith e Ricardo, diz Marx, pecaram por tentarem analisar civilizações anteriores sob a ótica do mundo que lhes era contemporâneo.

Esta consideração é importante porque muitos marxistas, dentro de suas análises, cometem erros metodológicos em suas obras que acabam por invalidar o método de Marx e, concomitantemente, consagram o método de análise da economia política burguesa. Karel Kosik (1976) discute desta maneira a questão: “Se é válido que a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco, porque não é analisada [por significativa parcela dos pensadores ditos marxistas] a obra dos *Manuscritos econômico-filosóficos de Marx* como meio de interpretar *O Capital*? (KOSIK, 1976, p.150)

Outro pensador marxista, e inclusive venezuelano, que se dedica mais profundamente a analisar os erros metodológicos dos intelectuais seguidores de Marx é Ludovico Silva, autor da obra *Anti-Manual para uso de Marxistas, Marxólogos e Marxianos*. Ainda sobre a discussão do método de pesquisa e da apropriação do pensamento de Marx, Ludovico adverte:

O marxismo vivo não consiste em “aplicar Marx” como quem aplica um quadro a um molde. Pelo contrário, consiste em assimilar e continuar criticamente sua concepção de história e sua análise do capitalismo. Senão, o que é o domínio de uma teoria vivente passa a ser concebido como o domínio de uma ideologia petrificada. Isso é dogmatismo. (...) O dogmatismo não é um inimigo teórico do marxismo, senão prático. (SILVA, 1979, p. 27)

O método marxista de pesquisa na economia política deve, na verdade, retirar este caráter causal e reificado inerente às investigações tradicionais dos fenômenos, dando-lhes dinamicidade e revelando suas interconexões com a totalidade. Por isso o método de

destruição da pseudoconcreticidade deve partir da aparência para o mundo real, do movimento visível ao movimento real interno, da aparência fenomênica à essência.

O homem, como demonstra o autor, já pratica, implicitamente, o exercício de analisar os fenômenos em sua totalidade. E propõe que o mesmo seja feito na análise dos fenômenos sociais:

O homem sempre vê mais do que aquilo que percebe imediatamente. Se encontro uma casa, não a percebo como um conjunto de formas geométricas, de materiais físicos de construção; dela tomo consciência antes de tudo como habitação humana e como harmonia de formas e cores. Do mesmo modo que o ruído que ouço não é percebido como ondas de certa frequência, senão como o ruído de um aparelho que se afasta ou se aproxima. Da audição e da visão participam, portanto, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências, os meus pensamentos e minhas reflexões, apesar disso não se explicar nos atos concretos da percepção e da experiência explicitamente. Na apropriação político-espiritual do mundo, da qual e sobre o fundamento da qual derivam originariamente todos os outros modos de apropriação – teórica, artística, etc. – a realidade é, portanto, concebida como um todo indissociável de entidades e significados, e é implicitamente compreendida em unidade de juízo de constatação e de valor. (KOSIK, 1976, p. 24).

Ao mesmo tempo, a totalidade não pode ser interpretada de maneira errônea, sob pena de criticá-la sem fundamento, como se pretende em muitos debates metodológicos. A perspectiva metodológica da totalidade não implica no pressuposto de que tudo está conectado com tudo e que o todo é maior do que as partes. Certamente o conhecimento humano não pode abranger todos os fatos que se relacionam a um fenômeno. A totalidade significa a análise da realidade num todo estruturado, onde um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido como parte de algo maior, que o condiciona.

Um exemplo deste exercício é vislumbrado por Kosik (1976) na análise do fenômeno da compra de uma mercadoria por parte de um trabalhador. Quando ocorre tal atividade, o trabalhador supõe a liberdade (de comprar) e a igualdade (de pagar um preço que qualquer outro indivíduo pagaria). Aparentemente, portanto, todas as diferenças estão eliminadas nesta relação de troca. Entretanto, este fenômeno escamoteia as relações de exploração e desigualdade, de falta de liberdade do trabalhador dentro do processo produtivo, elucidadas de maneira impecável na definição de alienação feita por Marx:

(...) a troca de equivalentes parece pressupor a propriedade do próprio produto do trabalho. Parece assim que a apropriação pelo trabalho – ou seja, um verdadeiro processo econômico de apropriação – se identifica com a propriedade do trabalho objetivado. Sendo assim, a troca de equivalentes fundada sobre a propriedade do trabalhador se transforma em seu contrário, em razão de uma dialética necessária e aparece então como separação absoluta do trabalho e da propriedade, e como apropriação do trabalho de outro troca nem equivalente. A produção fundada no valor de troca, é no fundo troca de trabalho objetivado, valor de troca, por trabalho vivente, valor de uso. Dito de outra forma: o trabalho, frente circunstâncias semelhantes ou condições objetivas, se comporta como uma propriedade estranha, alheia: e esta é a alienação do trabalho. (MARX, *apud* SILVA, 1979, p. 86-87)

Analisando a estrutura da obra *O Capital*, Ludovico Silva (1979) identifica precisamente a presença do método da decomposição do todo e da investigação para além da aparência dos fenômenos. O autor mostra que Marx inicia a obra com uma abstração: a mercadoria. Dela passa-se às condições de troca mercantil; da troca mercantil, caminha-se para a existência de dinheiro; após isso, aborda-se a transformação de dinheiro em capital – operação que ocorre quando o dinheiro é utilizado para compra e venda da força de trabalho. Retorna-se assim ao começo: a força de trabalho pode ser comercializada no capitalismo porque ela é, em si, tratada como uma mercadoria.

A percepção da aparência fenomênica é relevante porque, em última medida, o estudo que se pretende científico que não a reconhece, acaba apresentando-se de forma apologética e legitimadora da ordem vigente. Marx aponta o problema da economia política tradicional burguesa. Na ciência dos dias atuais, o problema é ainda mais flagrante. Seus teóricos constroem “sistemas sociais” teóricos de brilhante aparência científica, não só pelo rigor impecável, mas também pela enorme quantidade de dados empíricos que manejam (enquanto os ideólogos usariam livros, eles usam bancos de dados, fontes irrefutáveis). Mas estes “sistemas sociais”, diz Ludovico Silva (1979), são sistemas somente *a priori*, porque já antes de serem construídos tem um fim: a justificação do sistema real. Estes não são na realidade cientistas, são eles sim os verdadeiros ideólogos.

A importância do método aparece, *per se*, inclusive para que se possa mapear o que é essencial e o que é aparência. Na verdade, este deve ser o primeiro exercício a ser feito numa investigação científica.

Reiterando a importância do estudo do todo, Ludovico (1979) ainda tece alguns comentários para refutar a idéia, bastante difundida nas ciências sociais contemporâneas, de que Marx é reducionista e economicista. Pela análise da obra completa do próprio Marx, Ludovico (1979) observa que o modo de produção capitalista é estritamente econômico. A teoria de Marx então busca a resposta teórica adequada de um cientista dedicado a analisar a sociedade capitalista. Do mesmo modo, nunca se poderá estudar a Idade Média se não se estuda a relação econômica de servidão. Nas palavras de Ludovico: “Marx não era economista, não era sociólogo, não era filósofo, nem jurista, nem historiador: era todas estas coisas ao mesmo tempo, foi um cientista que abraçou todas as esferas de pensamento” (SILVA, 1979, p.198).

Marx encarou a ciência social como ciência unitária da sociedade. Desta maneira, ele elimina o princípio da divisão do trabalho. Deste modo, Marx evita praticar um tipo de erro

em que poderia ser cometido, por exemplo, por um estatístico, que pode chegar a verdades parciais que, desde o ponto de vista da totalidade, acabam sendo falsidades absolutas. Por exemplo, a renda *per capita* da Venezuela é alta. Mas a renda não se distribui *per capita*, mas sim por grupos sociais. Por isso, deve-se atentar para outros indicadores, como por exemplo, a participação dos salários no PIB, que indica a parcela de renda contida na classe trabalhadora. E mesmo este indicador tem limitações estruturais, como será apresentado ao longo desta pesquisa.

Feitas estas considerações, observa-se que a concepção de economia política no método marxista contempla, além das relações de produção de bens materiais, a totalidade da produção e da reprodução do homem como ser social. A economia é, ao mesmo tempo, a produção de bens materiais e a produção das relações sociais dentro das quais esta mesma produção se realiza – na esfera do consumo.

Para encerrar esta seção, é importante realizar algumas considerações sobre a importância do método de análise para o caso particular de um país subdesenvolvido, numa aproximação ao tema desta pesquisa, qual seja, a Venezuela. No início da obra de Ludovico Silva, há uma passagem extremamente pertinente sobre o assunto, onde o autor recorre ao economista mexicano Alonso Aguilar e pondera:

As formações sociais não se disseminam como as enfermidades contagiosas: surgem em consequência de um desenvolvimento prévio; e assim se forma, concretamente, o mercado, que como se sabe é uma categoria histórica. Por isso nossa insistência de estudar o subdesenvolvimento examinando a forma com que se desenvolve o capitalismo; e para compreender este último é necessário seguir, de perto, o desenvolvimento do mercado e, especificamente, a fase que vai desde o momento em que o produto do trabalho se converte em objeto de troca, em mercadoria, até aquele em que adquire tal caráter a própria força de trabalho. O estudo da acumulação primitiva não só não é, portanto, uma questão especulativa ou secundária, senão algo fundamental para entender como se origina o subdesenvolvimento e tomam corpo as mais graves deformações de nossas economias. (AGUILAR, *apud* SILVA, 1979, p. 26-27)

A Venezuela participa da divisão internacional do trabalho. O país é membro, portanto, do mercado mundial e contribui para o desenvolvimento do capitalismo no centro do sistema. A inserção da Venezuela neste mercado mundial, desde os tempos da colonização até os dias atuais, perpassando a independência política, se deu em caráter de dependência da exportação de produtos primários. O principal produto da pauta exportadora venezuelana até fins do século XIX era o cacau. No início do século XX foi descoberto no país o petróleo, um produto primário em especial que em pouco tempo se transformou no motor do desenvolvimento capitalista central. Como recurso mineral não-renovável, o petróleo é

extraído da terra. Como afirma Marx em *O Capital*, a terra no regime capitalista, como meio de produção, necessariamente possui um proprietário. Nas palavras do autor:

A propriedade fundiária pressupõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras. (...) A utilização dessas porções depende inteiramente de condições econômicas que são independentes da vontade destes proprietários. (MARX, 1985, p.124)

Ainda de acordo com Marx, a utilização capitalista da terra faz com que os verdadeiros cultivadores do solo e/ou do subsolo sejam assalariados, empregados por um capitalista (arrendatário), que utiliza a terra como destino do investimento de seu capital. Desta relação de produção social emana a necessidade de que o capitalista pague ao proprietário da terra uma soma pela permissão de aplicar o seu capital neste campo específico de produção. Esta soma é tratada economicamente como renda da terra. Do mesmo modo que estudar a Venezuela implica obrigatoriamente em estudar o petróleo, o estudo deste combustível fóssil demanda impreterivelmente maiores esclarecimentos a respeito da renda da terra. Sobre esta questão se debruçará a continuação deste texto.

2.2 A renda da terra

No mundo dito moderno, após a primeira revolução industrial, o controle da exploração dos recursos naturais e o domínio territorial, seja este domínio exercido por grupos sociais ou por indivíduos, dão lugar ao exercício do direito de propriedade. O direito é legitimado pelo transcurso do tempo e pelo costume, que se transforma, com o tempo, em lei. Assim, o direito de propriedade sobre um recurso natural se materializa no controle sobre o acesso ao mesmo, independentemente de que o proprietário seja privado, de uma comunidade ou nação. Deste momento em diante, qualquer um que almeje ter acesso ao recurso deve pagar uma retribuição patrimonial conhecida na economia clássica como *renda da terra*.

Desde o século XIX, ao longo do século XX e neste primeiro decênio do novo século, o petróleo entrou no cenário econômico, político e jurídico mundial. Seu estudo mais aprofundado direciona a discussão inevitavelmente ao problema da propriedade.

Por sua própria natureza, um sistema de posse da terra é sobretudo um resultado do passado, ainda que transformado e adaptado ao presente. Até certo ponto, cada sistema possui realidades políticas, sociais e econômicas muito diferentes. É desejável, dentro do sistema capitalista, que o sistema de posse da terra seja feito sob um regime de trabalho livre. Não existe, explicitamente, uma demanda de existência da propriedade privada para que se desenvolva o processo de exploração. O que acontece é que na exploração da terra o problema concerne aos *direitos de acesso*, mas numa sociedade capitalista estes direitos de acesso

significam, por analogia, *direitos de propriedade*. O termo em si não é incorreto, porém escamoteia o fato de que a terra permanece sujeita ao domínio eminente do Estado. Os direitos de domínio do Estado compreendem três características: a) o direito de cobrar impostos ou de demandar contribuições em serviços como os de tipo militar; b) o direito de expropriação, ou seja, a possibilidade de revogar os direitos concedidos ou outorgados; c) o direito à supervisão, por controle ou regulação.

Quatro atores participam do cenário da exploração de petróleo. Os possuidores dos direitos sobre a terra – ilustrados pelos proprietários; as companhias produtoras, ou seja, os investidores que asseguram os direitos de propriedade; os consumidores – individuais ou coletivos; e, por fim, o Estado.

2.2.1 A Renda da Terra Consuetudinária

O petróleo é um recurso natural de natureza não renovável. Estando este combustível fóssil situado no âmago da economia venezuelana, julga-se relevante enquadrar o embasamento teórico deste trabalho no que concerne ao tema da renda da terra. Este tema será analisado a seguir a partir das considerações de Bernard Mommer (2003) que, por sua vez, tem forte influência do pensamento de Karl Marx.

A investigação do tema da renda da terra, para Marx, deve perpassar pela discussão da propriedade da terra. Esta questão deve ser observada buscando-se a sua forma mais pura, despojada de todo complemento que fosse capaz de nublar a sua natureza. Concomitantemente, Marx alerta para que sejam reconhecidos os elementos que nublam o fenômeno, que provocam as confusões corriqueiras, a fim de que se entenda os efeitos práticos da propriedade da terra. Chega-se, desta maneira, ao conhecimento teórico de uma massa de acontecimentos que, ainda estando em contradição com o conceito e a natureza da renda da terra, aparecem como seus modos de existência.

O pesquisador venezuelano Bernard Mommer (2003) analisa que, a partir de sua metodologia de pesquisa, Marx aproximou-se do pensamento de Adam Smith, considerando que a renda da terra abordava todos os recursos naturais, sem exceção. Marx considerava que os proprietários de terras eram suficientemente poderosos para impor um tipo de cobrança da renda da terra absoluto ou *consuetudinário*.

O consuetudinário refere-se ao que é usual, ao comum. A renda da terra consuetudinária representa, assim, o mínimo pelo qual a classe proprietária habitualmente aceita arrendar sua terra. A renda verifica-se específica para cada recurso mineral. Não obstante, não é difícil mensurá-la. Ela é mais explícita em termos de definição do que a taxa

de lucro comum a toda a economia. Para conhecê-la basta comparar os termos de um número razoável de contratos de arrendamento e calcular um valor médio.

Durante o período de exploração petroleira, a renda consiste em uma bonificação e uma renda superficial. Posteriormente, durante a produção, à renda superficial é adicionada certa quantidade de dinheiro por unidade de produção, ou uma porcentagem do preço do bem na boca do poço, que seriam os chamados *royalties*.

Os *royalties* apresentam-se diretamente proporcionais ao tamanho das reservas e à quantidade de recurso mineral existente. O papel dos proprietários é o de observar a produção; enquanto que o dos arrendatários é adotar os procedimentos adequados para que a exaustão do poço seja condizente com o tempo previsto no contrato.

Neste sistema, os consumidores acabam pagando pela renda da terra absoluta e os arrendatários atuam como controladores dos proprietários. Todo este sistema, porém, segundo Mommer (2003), é maquiado pelo discurso da competição nos mercados.

A taxa de *royalties* a ser paga altera-se sempre sob a conjuntura de um acontecimento extraordinário. Segundo Mommer (2003), um episódio emblemático foi observado durante a reestruturação da OPEP nos anos 70, que culminou com uma alteração substancial nos preços do petróleo.

De fato, pondera Mommer (2003), Marx apresentava o conceito de renda absoluta apenas para explicar historicamente a transição do feudalismo ao capitalismo. Sua avaliação era de que esta categoria seria extinta à medida que avançasse o desenvolvimento capitalista, ou seja, com o crescimento da produtividade do setor primário e a crescente competitividade do mercado mundial, os recursos naturais seriam mais abundantes o suficiente para enfraquecer a classe proprietária e, conseqüentemente, a relevância da renda da terra enquanto fator de produção. Contudo, pode-se observar que sua profecia não se concretizou, e hoje em dia continua a oposição histórica entre os arrendatários e a classe proprietária.

O conceito de renda absoluta possui como contraposição o conceito de renda relativa. De acordo com este conceito, o preço dos recursos naturais é determinado, assim como no caso de outros bens, pelo seu custo marginal de produção, ou seja, o custo de produzir uma unidade adicional do bem. Diferenciando a produção proveniente de terras já cultivadas e terras novas, considera-se que somente as terras antigas pagam renda da terra. A insuficiência deste pressuposto reside no fato de que a satisfação da demanda crescente incorpora terras de diferentes qualidades, fazendo com que algumas terras não sejam viáveis economicamente simplesmente porque não são capazes de pagar a renda que seus proprietários exigem.

Ao considerar sua teoria da renda absoluta, Marx teve o esmero de ressaltar que seu pensamento aplicava-se para os recursos minerais da mesma maneira que para a agricultura; e de que a renda da terra consuetudinária era perfeitamente aplicável ao modo de produção capitalista. Mais, ela era a única categoria passível de uso para entender a questão dos recursos provenientes da terra.

2.2.2 Os regimes proprietaral e não-proprietaral

O regime proprietaral ou não proprietaral de exploração de recursos naturais está vinculado ao sistema de administração pública destes recursos. A vantagem econômica do sistema estatal recursos naturais mostra-se inegável numa observação histórica. Durante o século XX, praticamente todos os regimes de exploração puramente privados de recursos naturais desapareceram, e muito pouco se fala em re-privatizá-los. Aderir ao regime privado nos dias atuais representaria uma ameaça à soberania e à unidade nacional nos países produtores. Como foi exposto, os direitos soberanos inalienáveis ao Estado sobre os recursos naturais significa, dentro da perspectiva das companhias petrolíferas, que uma volta ao regime privado não as garantiria a segurança nas atividades vis-à-vis os Estados nacionais. Portanto, a discussão não deve se encaminhar sobre a escolha entre o caráter público ou privado da propriedade mineral. Deve-se, isto sim, investigar como o Estado deve agir na exploração do recurso: deve atuar como um proprietário privado, cobrando renda da terra, no que se convencionou chamar de regime proprietaral; ou ele deve assumir o papel de administrador de um bem público que se considera dado pela natureza para sua exploração, podendo conceder direitos de exploração, dentro de um regime chamado não-proprietaral.

De acordo com Bernard Mommer (2003), esta questão deve ser resolvida em âmbito mais apurado, qual seja, envolvendo os objetivos de desenvolvimento do Estado. Se houver um plano de desenvolvimento nacional, que priorize a exploração dos recursos em território nacional, por companhias privadas nacionais, destinados a suprir a demanda nacional, não há muita razão para o Estado atuar como um proprietário privado, cobrando renda da terra dos produtores. Ao fim e ao cabo, o montante de recursos circulará dentro da economia nacional. O único efeito que teria a cobrança de impostos sobre a atividade seria, o que também não pode ser ignorado, a redistribuição da riqueza. Num caso oposto, onde existe presença estrangeira, seja na compra ou na exploração do recurso, seria mais prudente adotar um regime de pagamento de *royalties*, possibilitando assim incremento mais contundente na arrecadação estatal.

Do ponto de vista da conservação das reservas de recursos naturais, o regime de propriedade estatal revela-se mais cauteloso. A exploração é feita de maneira mais racional, quando comparada com as reservas provadas de petróleo, por exemplo. Em regimes não-proprietários, é mais difícil racionalizar a produção, o que barateia os preços e diminui o tempo de vida útil das reservas.

Quando o Estado se comporta de modo não-proprietário, ou seja, cobra *royalties* e se ausenta da exploração direta, o critério central a ser analisado, pondera Mommer (2003), envolve a rentabilidade. É este o item analisado pelas petroleiras que participam dos processos licitatórios destinados à exploração do subsolo. Uma agência de regulação determina o tamanho e a forma de concessão que será licitada, bem como metas de exploração e produção pré-definidos, além das condições de renovação destes contratos de concessão.

O autor aponta também que o imposto sobre os lucros extraordinários corresponde a uma modalidade bastante comum no aumento da arrecadação estatal em relação aos recursos naturais. O pressuposto básico para que se determine um imposto sobre os lucros extraordinários é, por intuição, uma idéia básica do que seriam lucros “normais”. A rentabilidade considerada normal na exploração de recursos naturais, da qual o petróleo não é exceção, gira em torno de 15% sobre o montante de capital investido. Há que se tomar certo cuidado com estes impostos adicionais, sob pena de desestimularem novos investimentos por parte da companhia concessionária.

Sob o ponto de vista das políticas públicas, os impostos sobre lucros extraordinários têm efeitos diversos sobre as diferentes classes sociais. Do ponto de vista do Estado, uma redução na taxa cobrada por lucros extraordinários pode possuir o efeito inusitado de aumentar a arrecadação estatal, na medida em que estimulam-se investimentos e o Estado eleva sua receita fiscal tradicional. Para os assalariados, a situação é diferente. O Estado pode optar por compensar a diminuição da taxa de impostos cobrada sobre as atividades das corporações petrolíferas aumentando a margem de contribuição da pessoa física, prejudicando a classe trabalhadora. Lidar com as petroleiras é ainda mais complicado, diante das ameaças recorrentes de direcionar investimentos a outras partes do globo. Além disso, o clamor por “flexibilidade” no regime tributário destas companhias é interminável.

A conclusão de Mommer (2003) é que o modelo de tributação dos lucros extraordinários é política e economicamente custosa, além de demandar um aparelho estatal constituído por um bom grupo de economistas, contadores e advogados especializados.

Quando se trata do regime proprietaral, onde o governo assume a propriedade de fato das terras onde há recursos naturais, é necessária a existência de uma agência de regulação e licitação mais atuante, composta de um corpo técnico altamente qualificado. Assim, uma petroleira estatal teria a liberdade de escolher se considera vantajoso ou não dividir as concessões com outras companhias, mediante a apresentação da taxa de impostos cobrados. Manipulando as taxas, elas podem se tornar proibitivas ao capital privado, projetando a empresa estatal para o controle de determinados campos de exploração considerados estratégicos pela administração central.

Quando o governo assume integralmente a cadeia produtiva do recurso natural, tem-se o caso clássico e a expressão máxima da nacionalização. Segundo Mommer (2003), a medida, em primeira instância, pode provocar perda de eficiência e produtividade. Não obstante, a nacionalização aumentaria a autonomia em firmar fluxos de investimentos, volumes de produção e preços. Estas seriam as vantagens. Ainda para Mommer (2003), as desvantagens deste regime também não podem ser desconsideradas: as empresas privadas nacionais não podem ser tratadas da mesma maneira que as estrangeiras, e seria desejável que as primeiras servissem de intermediário para negociações com as últimas, sem que isto se traduza em conflito, onde o governo atuaria no marco regulatório do sistema.

A observação histórica de Mommer (2003) revela que a questão da propriedade dos recursos naturais e sua relação com os preços é definitivamente uma questão política e não econômica. São os desenhistas das políticas nacionais e internacionais os que determinam o regime econômico de exploração. Os países exportadores buscam maximizar a renda da terra; os donos de terras manipulam os preços, enquanto, indiscriminadamente, pregam a fé no livre-mercado; os países consumidores tentam ao máximo intervir nas economias dos países exportadores de modo a garantir segurança no preço e no fornecimento de suas matérias-primas.

Por fim, a conclusão de Mommer (2003) é a seguinte: “O mesmo modelo pode servir a políticas opostas, e modelos diferentes podem servir à mesma política”. Desenham-se os argumentos persuasivos de todas as partes envolvidas de forma a configurar uma política que sirva a uma causa definida. O ponto é ser politicamente convincente a fim de forjar a aliança necessária para implementar as mudanças desejadas. Enquanto nos países desenvolvidos historicamente a terra se aliou ao capital, nas economias periféricas, conclui Mommer (2003), o capital se aliou à terra, na busca das riquezas naturais.

Especificamente no caso venezuelano, este trabalho revela que o país oscilou entre o regime proprietaral e não-proprietaral ao longo de sua história recente. O regime proprietaral é o

que vigora atualmente no país, onde legalmente a maioria acionária dos contratos petroleiros deve pertencer obrigatoriamente à estatal nacional. O regime de tributação e pagamento de *royalties* adotado a partir do governo Hugo Chávez é sensivelmente distinto do que vigorava nos anos imediatamente anteriores à sua administração. A combinação destes fatores contribuiu para incrementar sensivelmente o montante monetário pertencente ao Estado venezuelano. Tanto pelo aumento da participação governamental na atividade petroleira quanto pelo exuberante crescimento econômico apresentado nos últimos anos – e reconhecendo-se que ambos os acontecimentos estão diretamente inter-relacionados – a elevação do montante de recursos financeiros captados pelo Estado venezuelano é um fato irrefutável. Logo, para respaldar esta pesquisa faz-se necessário um estudo mais detalhado sobre esta crescente e vultosa acumulação apresentada no seio da política de Estado venezuelano. Para tanto, serão utilizados os autores Paul Baran e Paul Sweezy.

2.3 O excedente econômico

O conceito de excedente econômico, na visão do ucraniano Paul Baran (1986), deve ser elucidado a partir de suas três variantes: a efetiva, a potencial e a planejada.

O primeiro dos excedentes econômicos existentes é o efetivo. O excedente efetivo é representado pela diferença entre o que foi efetivamente produzido socialmente numa comunidade e seu consumo efetivo. Equivale à poupança que está materializada em equipamentos e unidades produtivas, estoques, divisas, etc. A natureza desta materialização não é menos importante. Será tanto melhor quanto mais se manifestar em termos de bens de capital que, em teoria, elevam a produtividade da economia.

A segunda forma de excedente existente, segundo Paul Baran (1986), é a potencial. O excedente potencial advém da diferença entre o produto social que poderia ser obtido em um dado meio tecnológico e o consumo indispensável à população. Este excedente potencial possui a propriedade de poder ser convertido em excedente efetivo. Para tanto, diz o autor, deve haver a reorganização da população e a redistribuição do produto social. Ainda de acordo com Baran (1986), esta forma de excedente possui 4 formas de se manifestar: a) por meio do consumo supérfluo; b) através da produção que deixa de ser realizada por conta da existência de trabalhadores improdutivos; c) devido à má-organização da produção, propensa ao desperdício; d) a produção que não se obtém por conta do desemprego, decorrente da anarquia da produção e da deficiência da demanda efetiva.

Sobre a primeira manifestação do excedente potencial, Paul Baran (1986) menciona que o fato de atribuir-se ao mercado o berço da racionalidade e da eficiência mascara, dentro

da economia, a distinção necessária entre o que é indispensável e o que é supérfluo, entre trabalho produtivo e improdutivo, entre excedente efetivo e potencial. Para o consumo supérfluo, o pretexto tradicional é de que é provedor de incentivos; para o trabalho improdutivo, diz-se que ele contribui indiretamente para a produção; para as depressões e o desemprego, menciona-se que é conseqüência inevitável do progresso; para o desperdício, atribui-se o perdão por constituir um pré-requisito da liberdade.

Em segundo lugar, Baran (1986) considera importantíssima a distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos. O trabalho improdutivo, segundo o autor, representa a parcela que não se relaciona diretamente ao processo de produção indispensável e é mantido por uma parte do excedente econômico da sociedade. Cientistas, médicos, artistas e professores, diz Baran (1986), vivem do excedente econômico. Ao mesmo tempo, resgata uma frase de Marx presente nos *Grundrisse*: “O trabalho pode ser necessário sem ser produtivo”. (MARX, *apud* Baran, 1986).

A terceira forma de excedente potencial considerada por Baran (1986) aparece travestida de desperdícios e irracionalidades. De acordo com o autor, ela advém da contínua criação de capacidade ociosa que absorve, continuamente, parte do investimento corrente. Esta capacidade seria inerente ao sistema, não sendo utilizada nem mesmo quando há períodos de forte expansão.

Encerrando a exposição das subdivisões do excedente potencial, Baran (1986) considera a como sua quarta expressão o excedente que decorre da produção da sociedade desperdiçada em função do desemprego de recursos materiais, motivado pela inadequação dos meios de coordenação das instalações produtivas e pela insuficiência da procura efetiva. Conforme Baran (1986), a inadequação dos meios é chamada comumente, sobretudo dentro da perspectiva keynesiana, de desemprego friccional. Ela decorre da dispensa de funcionários devido à mudança na composição da demanda ou pela introdução de equipamentos mais eficientes na produção que economizam mão-de-obra. Completando o raciocínio do autor sobre o tema, acompanha este movimento o abandono de máquinas de gerações tecnológicas ultrapassadas. Por fim, para Baran (1986), problema maior ainda representa o desemprego decorrente da falta de demanda efetiva, na medida em que ele afeta tanto a mão-de-obra quanto as unidades produtivas plenamente utilizáveis. A conseqüência, segundo o autor, seria a imobilização de significativa parcela de recursos materiais e humanos disponíveis.

Baran (1986) ressalva também que o impacto desse não-emprego de potencialidades produtivas não é adequadamente medido pela estimativa e agregação das diferenças entre produto social em tempos de prosperidade e produto social em tempos de depressão. De

acordo com Baran (1986), esse processo não considera, em primeiro lugar, que mesmo durante o pleno emprego, há uma parcela considerável de desemprego de mão-de-obra e de capacidade produtiva, e que, em segundo lugar, mesmo o produto social relativo a um período de máxima prosperidade é menor do que poderia ser se as empresas não tivessem consciência da existência de anos maus e anos bons e não vissem, em decorrência na necessidade de se ajustar a essa realidade, seus planos de produção e de investimento. Cálculos baseados apenas em comparações entre produtos sociais referentes a fases distintas do ciclo econômico subestimam, portanto, segundo Baran (1986), o volume de produção perdida em virtude de flutuações históricas do nível de emprego.

Finalmente, a última expressão do excedente econômico de Baran (1986) é o excedente econômico planejado, que adviria das economias socialistas. Este excedente seria a diferença entre o produto social “ótimo” que a sociedade pode realizar em ambiente natural e tecnológico historicamente dado, segundo uma planejada utilização “ótima” dos recursos e um volume “ótimo” de consumo. Os níveis “ótimos” seriam advindos da razão e da ciência. O fundamental para o autor é que o volume do produto social não seria dado pelo resultado fortuito de um sem-número de decisões desordenadas. Determinar-se-ia por um plano racional que expressasse o que a sociedade deseja produzir, consumir, poupar e investir durante um período de tempo determinado. Este nível de consumo, pontua Baran (1986), não necessariamente deve tangenciar o estritamente necessário. Pode, então, o excedente econômico ser menor, igual ou maior do que o excedente econômico tradicionalmente capitalista.

O sistema predominante atual torna a distribuição do excedente econômico extremamente desigual. De acordo com o autor, o excedente concentrado engessa a economia, na forma de um paradoxo. Quanto maior for este excedente, diz Baran (1986), mais rápido seria o crescimento da produtividade e da produção. Assim, embora se admitisse que um excedente muito grande reduziria indevidamente o consumo presente em benefício do consumo futuro, dado que maior parcela de recursos seria destinada ao investimento, não se encontram razões que justifiquem tentativas de limitar a magnitude do excedente. Ao mesmo tempo, para Baran (1986) a redução do excedente poderia tornar o investimento menos atrativo para os que se encontram em condições de investir, o que causaria uma queda do investimento global (e, por consequência uma diminuição do progresso econômico) inteiramente desproporcional ao benefício temporário que se poderia usufruir do eventual aumento do consumo.

Tratando de países subdesenvolvidos em especial, Baran (1986) também se esforça em responder qual é o emprego do excedente dado por este tipo de economia dependente. Tradicionalmente, pactua o autor, nestes países, as receitas governamentais compõem-se de transferências de excedente facilmente identificáveis. A maioria da receita provém de impostos diretos de exportação e *royalties*.

As parcelas remanescentes de seus orçamentos acabam, portanto, destinadas a investimentos sociais, em assistência médica, em educação, etc. Entretanto, pontua Baran (1986), o incremento de montantes significativos de recursos na receita dos governos demanda advertências. Sob a ditadura que assume o poder na Venezuela dos anos 70, por exemplo, o país despendeu o capital acumulado na construção de rodovias, aeroportos, instalações portuárias, modernização de Caracas, todos de grande utilidade ao capital estrangeiro, mas pouco contribuiu para o nascimento de uma economia nacional harmoniosa e auto-propulsora. Pouca oportunidade há para os capitalistas nacionais. Os investimentos secundários, aqueles de “efeito indireto”, são feitos por empresas estrangeiras. Quando se voltam para o mercado interno, as indústrias estrangeiras limitam-se a criar oficinas de montagem ou fábricas produtoras de bens de consumo destinados a atender o aumento da demanda governamental.

De acordo com Baran (1986), a aposta em bens de consumo, comum na periferia, em detrimento das indústrias de base, contribui muito pouco para a potencialidade da economia. O progresso alcançado é efêmero, não cria condições de auto-propulsão, dependendo ainda do estímulo original. Uma alteração radical da fonte primária do progresso acabaria com a “prosperidade” na mesma velocidade com que ela foi criada.

Disso Baran (1986) conclui que o que falta aos países subdesenvolvidos, então, não é o capital, mas sim excedente econômico efetivo investido na ampliação de suas forças produtivas. O excedente econômico potencial é grande em todos estes países, enquanto proporção da renda nacional. O que acontece no mundo subdesenvolvido é que o excedente econômico potencial é consumido suntuariamente pela classe capitalista, é usado para crescer as quantias já entesouradas tanto no país quanto no exterior. Grande parte do excedente é apropriada pelo capital estrangeiro.

O último ponto acerca do excedente econômico abordado por Paul Baran é realizado em conjunto com Paul Sweezy e refere-se à sua absorção. Conforme os autores, o excedente pode ser absorvido pelo consumo e investimento capitalistas, pelas campanhas de vendas ou pela administração civil. Sobre as duas primeiras, Baran e Sweezy (1978) analisam seus movimentos particulares e chegam à conclusão de que há mais extração que criação de valor

em ambas. Por sua vez, o governo também desempenha seu papel de absorção do excedente, e com maior grau de requinte que o investimento capitalista ou a publicidade.

Numa economia tradicional, o governo cria a demanda efetiva que falta aos proprietários dos recursos, já que o sistema sozinho não dá conta de fazê-lo. Ao colocar os recursos ociosos em atividade, o Estado acaba criando também mais volumes adicionais de excedente. Essa criação de demanda efetiva pode assumir a forma de compras governamentais diretas de bens e serviços, ou de transferências diretas. Historicamente, é fato que ao longo dos últimos anos elevou-se o papel dos governos na criação da demanda efetiva e absorção do excedente. O que o governo absorve transforma-se, ao fim e ao cabo, num acréscimo e não uma subtração do excedente privado. Este último ponto é de muita pertinência para se demonstrar que a importância do Estado enquanto criador de excedente dentro da sociedade é muito maior do que se imagina, superior até aos gastos privados, numa breve análise histórica.

Feitas estas considerações, aguça-se ainda mais o interesse em investigar se o progresso social e econômico da Venezuela atual é passível de se sustentar perenemente, sobretudo se ocorrer futuramente uma situação em que a “fonte primária do progresso” para utilizar as palavras de Baran (1978), seja “alterada radicalmente”. Analisar se o excedente econômico venezuelano está, de fato, sendo aplicado na ampliação das forças produtivas do país, como já citado anteriormente, é o objetivo primeiro deste trabalho.

Durante este resgate teórico, Baran (1978) cita o período áureo que viveu a Venezuela nos anos 70, denunciando como a utilização irresponsável do excedente econômico terminou por manter e até reforçar o caráter independente do Estado. Isto posto, o trabalho dedica-se na próxima seção, a estudar com maior esmero os movimentos que levaram a Venezuela a desperdiçar esta oportunidade histórica.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

É costume que a história seja apresentada por meio de acontecimentos excepcionais, episódicos. O elogio à história factual representa, simultaneamente, o desprezo pelo processo histórico. Como bem pontua Karel Kosik (1976), nenhuma época histórica é apenas uma passagem para outro estágio. A tridimensionalidade do tempo se desenvolve sempre: é atrelada ao passado com seus pressupostos, tende para o futuro com suas conseqüências e está radicada no presente por sua estrutura.

Feitas estas considerações, conclui-se que seria imprudente analisar os dez primeiros anos do governo Hugo Chávez sem que se fizesse uma revisão, ainda que breve e limitada, da história recente venezuelana. Esta revisão histórica parte do período imediatamente anterior aos anos 1970, década conturbada historicamente em boa parte da América Latina. Na Venezuela, em particular, este decênio presenciou duas altas espetaculares nos preços do petróleo. Segue-se o estudo apresentando a instabilidade econômica dos anos 1980 e a liberalização comercial dos anos 1990, que na Venezuela foi acompanhada pela chamada *abertura petrolera*, e culminou no caos social. Fazendo um paralelo com a natureza do regime petrolero adotado em cada um dos períodos, a história das instabilidades políticas, econômicas e sociais é abordada resumidamente, até que se chegue ao governo de Hugo Chávez, a partir do qual realiza-se uma investigação mais apurada.

3.1 Os anos 1970

Até os anos 1970, uma elite econômica e política cujos interesses eram congruentes com as aspirações das grandes corporações petrolíferas norte-americanas – tais como *Standard Oil*, *Royal Dutch Shell* e *Texaco* – possuía exclusivo controle sobre os lucros advindos da atividade petroleira na Venezuela. Neste período, segundo o historiador uruguaio Eduardo Galeano, na obra *As Veias Abertas da América Latina* (1970), o país era responsável por praticamente metade dos ganhos que os capitais dos EUA subtraíam da América Latina. Galeano (1970) ainda afirma que somente na primeira metade do século XX, o montante de petróleo extraído pelas sondas exploratórias traduziu-se numa renda petroleira equivalente ao dobro da quantia mobilizada pelos Estados Unidos para o *Plano Marshall*, destinado à reconstrução da Europa após a 2ª Guerra Mundial.

A indústria nacional era inexistente na Venezuela. As poucas que existiam enfrentavam o dilema de não conseguir vender às camadas populares, em razão de seu

limitado poder de compra; e também não conseguiam êxito nas classes mais favorecidas, que não escondiam sua preferência por produtos importados dos EUA.

Entre o período pós-segunda guerra mundial e os anos 70, os presidentes venezuelanos lançaram mão de políticas distintas no que concerne à questão da renda petroleira. A partir de 1948, em meio a um governo de militares, foi reduzida por meio de políticas fiscais a – já inexpressiva – participação do Estado sobre o petróleo. De acordo com Galeano (1970), a medida traduziu-se em perda de US\$ 300 milhões em arrecadação para o Estado venezuelano. Em 1958, uma junta civil derrubou o ditador Marcos Pérez Jimenez e elevou de 25 para 45% a alíquota do imposto de renda. As transnacionais atuantes no país derrubaram os preços do petróleo venezuelano e começaram a despedir em massa os trabalhadores das refinarias. No bojo da criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), em 1960, a Venezuela cria sua primeira estatal petroleira, a Corporação Venezuelana do Petróleo (CPV). A indústria seria responsável por toda a cadeia produtiva do recurso mineral, da exploração à comercialização. A reação estrangeira foi forte e, como conseqüência, o governo venezuelano arrecadou US\$ 60 milhões a menos que no ano anterior, o que explicita mais uma vez a força econômica e política destes grandes grupos na economia do país. Em 1970, assumiu a presidência Rafael Caldera, sob o discurso de que a exploração petroleira por parte das multinacionais seria feita em sociedade com o Estado, representado na figura da CPV. Nas palavras de Galeano (1970), o episódio não se revelou nada além de imperialismo mascarado por meio de empresas mistas.

No ano de 1973, a sorte da Venezuela dá sinais de mudança. A guerra israelense no mundo árabe culmina numa crise internacional de produção do petróleo, o que faz o preço dos barris elevar-se exponencialmente em um curto espaço de tempo. Concomitantemente, assume a presidência do país Carlos Andrés Pérez, homem que, segundo a análise de Celso Furtado, na obra *Os ares do mundo* (1991), possui orientação política comparável à de Juscelino Kubistchek, no Brasil. De um encontro com o presidente venezuelano em julho de 1974, Furtado (1991) afirma estar convencido de que Pérez pensa em industrializar o país, dotá-lo de grandes complexos industriais, no menor tempo possível. Como se poderia imaginar, Pérez pensava em utilizar a renda petroleira, aproveitando-se do aumento nos preços, para promover uma era de desenvolvimento na Venezuela. O aumento dos preços foi acompanhado de um aumento na cobrança de *royalties* e impostos que arrecadados pelo Estado. Como resultado, os ingressos fiscais representavam, na Venezuela, 85% da receita bruta do país, afirma Furtado (1991). Em março de 1974, Pérez nomeou um comitê formado por representantes de todos os partidos políticos, de sindicatos e do setor privado, além de

advogados e economistas para estudar o setor petrolífero nacional. Como afirma o pesquisador venezuelano Bernard Mommer, em sua obra *Petróleo Global y Estado Nacional (2003)*, o aumento dos preços internacionais fez com que a renda da terra passasse a ser demasiado importante para ficar restrita às mãos dos detentores de terra. Deste modo, a conclusão dos trabalhos do comitê supracitado culminou na elaboração de um projeto de lei de nacionalização petrolífera. Esta lei foi aprovada em 1975 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1976. Junto com a nacionalização, foi criada a estatal petrolífera PDVSA.

O otimismo de Furtado (1991) em relação ao aumento dos preços do petróleo e à nacionalização traziam consigo também sinais de preocupação: “Os venezuelanos, parecia-me, dispunham potencialmente de recursos para quebrar os grilhões do subdesenvolvimento, mas será que saberiam utilizá-los de maneira sábia?” (FURTADO, 1991, p. 222)

Esta preocupação com a utilização dos recursos petrolíferos não é infundada, pois na maioria dos países ditos subdesenvolvidos, geralmente há abundância de recursos naturais. A falha destes países, diz Furtado (1991), é deixar que estes recursos sejam sempre administrados diretamente pelos produtores e exportadores, atores econômicos que possuem interesses distintos da população como um todo. Ainda que o Estado aproprie-se de certa parte pela via fiscal, sua margem de ação é limitada frente os grupos sociais representados pelos contribuintes. Segundo Furtado (1991), havia uma série de armadilhas que poderiam sabotar a superação do subdesenvolvimento na Venezuela na década de 70.

Primeiramente, Furtado (1991) revelava preocupação com o caráter extremamente dependente da nascente indústria venezuelana de insumos provenientes do mercado externo, especialmente em setores que não estavam ligados à atividade petrolífera. A utilização de componentes importados traduzia-se em falta de soberania tecnológica e se apresentava extremamente pernicioso a um país que pretendia superar a dependência. Era visivelmente um desestímulo ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais. No âmbito agrícola, Furtado (1991) observa um panorama de agricultura pouco desenvolvida e basicamente pertencente ao sistema de minifúndios e latifúndios, sem espaços para a média propriedade. Ainda que fosse o dono de sua terra, o pequeno agricultor tinha de buscar alternativas para complementar sua renda, aceitando trabalhar em fazendas maiores. Por outro lado, os latifundiários que absorviam esta mão de obra excedente de baixo custo relutavam em mecanizar – leia-se elevar a produtividade – de suas culturas. A solução encontrada pelo o governo venezuelano foi importar alimentos, que tinham um custo mais baixo que os produzidos no próprio país. A não realização de uma reforma agrária efetiva e de uma política de subsídios agrícolas prejudicavam o desenvolvimento agrícola.

Industrialmente, o Estado venezuelano dos anos 70 deveria lutar contra a baixa integração, fato que esbarrava novamente na política vigente de incentivo às importações e no baixo poder aquisitivo da população. Não havia incentivo em integrar uma cadeia de produção que se encontrava dependente de insumos estrangeiros. Fazia-se necessário um controle interno mais incisivo da economia e maior autonomia tecnológica em indústrias estratégicas.

Outra constatação de Furtado (1991) é de que era débil, também, a carga fiscal venezuelana naquele período. Os 12% do PIB que representavam a carga tributária daquele decênio eram infinitamente inferiores aos quase 50% que vigorava nos países centrais na mesma época. Segundo Furtado (1991), os anos 70 na Venezuela foram baseados num sistema econômico voltado essencialmente ao consumo e ao desperdício.

Em 1978, ao retornar à Venezuela, Furtado encontra um cenário desolador. Nas palavras do autor:

“As transformações que haviam ocorrido eram consideráveis. A chuva de dinheiro tivera o efeito de verdadeira enxurrada (...). [Mas] a única coisa certa era que a oportunidade de saltar por cima do subdesenvolvimento havia sido perdida. (FURTADO, 1991, p. 232-33)”

Os temores de Furtado (1991) de que a abundância de recursos da atividade petrolífera fosse canalizada majoritariamente para o consumo se concretizaram. A desigualdade social ainda imperava fortemente no país e a reprodução das mesmas era acelerada. A importação de bens de consumo dos EUA se intensificou, minando qualquer tipo de projeto de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. A reforma agrária simplesmente não existiu e o setor agrícola carecia de subsídios para avançar. Mesmo com toda a riqueza advinda do “ouro negro” o governo venezuelano deixou escorrer entre os dedos a possibilidade de ser o primeiro país da América Latina a derrotar o subdesenvolvimento. A nacionalização do petróleo em 1976 e a criação da PDVSA, conclui Furtado (1991), não foram aproveitadas para se lutar contra a dependência daquele país.

Para além do consumo suntuário, a razão da manutenção e até do aprofundamento desta dependência venezuelana residem no caráter estrutural da natureza do regime de exploração petrolífera que foi instaurado após a nacionalização. É sobre este fato que a investigação concentra as próximas linhas.

3.1.1 A PDVSA e a mudança do regime não proprietária ao regime proprietária

No início do período pós-nacionalização, optou-se por empregar um programa de investimentos massivos na descoberta de novas reservas, para contrapor a deterioração dos campos exploratórios já existentes. Não obstante, havia um problema a ser enfrentado: muitas vezes, os programas de investimentos como o 1976 e outros que foram elaborados em 1986 e 1998 foram desincentivados por conta de políticas de contenção de produção da OPEP.

No que se refere à participação fiscal em termos de *royalties*, Mommer (2003) afirma que o Estado venezuelano chegou a ter 95% de taxaço sobre a produção de petróleo, e isso ainda antes da nacionalização.

As taxas de *royalties* cobrados pela nova empresa eram bem mais modestas, de 16%. Por outro lado, os impostos sobre a renda foram reduzidos de 72 para 67%. Efetivamente, o regime de impostos foi regulamentado e manteve-se estável. Assim, apesar das quedas percentuais, a estatal venezuelana acumulou um fundo de investimentos que superava 5 bilhões de dólares em 1982.

A lei de nacionalização formalizou a PDVSA como *holding*, e foi dada ao governo a atribuição de nomear 11 membros da diretoria e o presidente. A nacionalização transformava o país, teoricamente, em proprietário dos recursos naturais. Diante do dilema entre qual sistema adotar para a exploração do petróleo, o governo venezuelano opta por atuar mais como regulador das atividades, participando timidamente do processo produtivo. Nas negociações com o setor mais conservador da sociedade venezuelana, que coordenava efetivamente a cadeia de produção do petróleo, foi acordado que estes permaneceriam nos altos escalões do gerenciamento do petróleo, sob pena de que, se fosse diferente, haveria a “politização” da companhia e perda de eficiência na exploração do petróleo. Como afirma o engenheiro venezuelano Luís E. Lander (2005), com exceção de poucos altos gerentes estrangeiros, *todos* os outros dirigentes do petróleo foram mantidos. O Ministro de Energia e Minas era o presidente da assembléia de acionistas, mas não possuía direito a voto nas deliberações da mesma.

A PDVSA foi concebida como uma empresa comercial, com o Estado como seu único acionista, e suas filiais mantiveram a mesma estrutura das antigas concessionárias, operando nas mesmas áreas, exercendo as mesmas atividades e com o mesmo corpo técnico-administrativo. Segundo Mommer (2003), dentro deste modelo, o interesse nacional, claramente, identificava-se com a propriedade do recurso natural, que não era de fato do Estado.

Nas palavras de Luís E. Lander: “Assim que o investidor passa também a ser um ator nacional e, por conseguinte, público, a capacidade de vigilância e controle do poder executivo nacional começa a debilitar-se de imediato” (LANDER, *In* OURIQUES, 2005, p.53). Os planos de investimentos eram aprovados em assembléia levando-se em conta os dividendos que a PDVSA deveria pagar ao Estado. Portanto, a nacionalização serviu para imiscuir ainda mais os interesses privados dentro do *Palácio de Miraflores*, sede do governo central venezuelano. O balanço do autor é de que a nacionalização dos anos 70, ao invés do esperado fortalecimento, acabou por debilitar o Estado venezuelano.

Observação similar também é feita pelo jornalista e historiador Gilberto Maringoni, em sua obra *A Revolução Venezuelana* (2009), o governo de Carlos Andrés Pérez, sob o argumento de que a nacionalização não poderia implicar em instabilidade, decidiu manter a mesma estrutura administrativa que precedeu a nacionalização. Sem maiores transformações, esta estrutura pouco alterou de fato o regime petrolero concentrado e a situação do povo venezuelano.

Como bem observa Galeano (1970) no posfácio de sua obra, escrito em 1977, sempre que o Estado passa a ser dono da principal riqueza de um país, deve-se questionar imediatamente quem é o dono do Estado. No caso venezuelano, completa Galeano (1970), o Estado pertencia a uma minoria que preferiu render-se ao fetichismo da mercadoria e desperdiçar os vultosos lucros petroleros no sustento de hábitos das sociedades mais ricas e opulentas do mundo, ignorando por completo a perspectiva de um projeto nacional de desenvolvimento.

Não se pode negar que foi um período de mudanças para a Venezuela, boa parte da população teve seu nível de vida melhorado durante a década de 70. Melhorou o grau de escolaridade, o acesso à saúde, a expectativa de vida, a mortalidade infantil foi reduzida, o nível de emprego elevou-se, o acesso à moradia ficou mais facilitado. A renda *per capita* da Venezuela, ao final deste decênio, segundo Luís E. Lander (2005), era o dobro da italiana e equiparava-se à alemã. Não obstante, como afirma Ludovico Silva (1979), a renda *per capita*, sobretudo quando se refere a países subdesenvolvidos, é um indicador que pouco elucidada a situação real de uma sociedade. A riqueza no sistema capitalista, afirma Ludovico, distribui-se entre *classes* e não entre *pessoas*. Isto posto, a questão da melhoria das condições de vida do povo venezuelano nos anos 70 reside na disparidade existente entre as proporções em que foi melhorada tal condição. Confirmando as ponderações de Ludovico (1979), Furtado (1991) observa que as elites locais tiveram melhorias infinitamente superiores às camadas mais baixas da Venezuela. Na medida em que o gasto público aumentava vertiginosamente e eram

construídas auto-estradas, represas e conjuntos habitacionais populares, a renda se concentrava e a dívida pública interna e externa, diz Furtado (1991), fora majorada em aproximadamente 12 vezes. Diante desta configuração interna, Carlos Andrés Pérez deixou o poder em 1979, em meio a um cenário de preço do petróleo em queda, um aparato estatal moroso e, segundo Furtado (1991), cada vez mais corrupto.

3.2 Os anos 1980 e 1990

Durante os anos 80, todo o cenário mundial, nas mais diferentes esferas sociais, foi alterado. A prosperidade global auferida no período pós-guerra se exaure, exigindo reestruturações de proporções internacionais. No decorrer de toda esta década, o preço do petróleo foi baixo. Em sua obra citada anteriormente, Gilberto Maringoni (2009) faz uma análise histórica precisa dos anos 80 e 90 na Venezuela. Esta sub-seção baseia-se prioritariamente em suas considerações.

Durante o final dos anos 70 e início dos 80, a PDVSA limitava arbitrariamente seus deveres fiscais, formulando uma agenda que se divorciava do Estado. Nas palavras de Maringoni:

Os próprios funcionários, mesmo os de gradação inferior, seguiram uma política salarial própria, criando um padrão de vida muito superior ao da maioria da população. Nessa época, a PDVSA ficara conhecida como um “Estado dentro do Estado” (MARINGONI, 2009, p. 66).

Deliberadamente, também, a PDVSA enfrentava a OPEP, que buscava articular políticas de restrição da oferta na tentativa de elevar os preços. Fruto da redução da renda petroleira, a queda vertiginosa da arrecadação governamental fez com que o então presidente Luís Herrera Campíns, no ano de 1983, desvalorizasse significativamente a moeda doméstica. A dívida externa do país, contraída em dólares, explodiu, e a fuga de capitais ocorreu em massa. Como conseqüências primeiras observam-se crescente desemprego, decrescente poder de compra do trabalhador e os poucos benefícios sociais existentes estavam sendo removidos.

Em meio a esta conjuntura, assume a presidência do país pela segunda vez, em 1989, Carlos Andrés Pérez. O respaldo eleitoral que o ex-presidente do período áureo venezuelano obteve foi significativo. A esperança de grande parte da população era de que se repetissem as conquistas dos anos 70. O contexto no qual assume Pérez, entretanto, é completamente diferente de sua primeira experiência presidencial. As reservas do Banco Central venezuelano caíram à metade em apenas cinco anos – 1984 a 1989. A inflação anual era de 40,3% e o desemprego alcançava também dois dígitos. Em meio à encruzilhada, Pérez lança mão de um acordo com o FMI, que envolvia aumento de preços dos produtos básicos da classe

trabalhadora, elevação dos juros e reajuste de cerca de 40% em todos os serviços públicos, bem como a privatização de boa parte deles – como o sistema de telefonia, portos, bancos e transporte aéreo.

O plano econômico não foi bem recebido pela grande maioria da população venezuelana que, já na iminência de uma revolução popular, tomou as ruas da capital venezuelana numa série de manifestações conhecidas como *caracazo*. Maringoni (2009) inclusive revela, em seu livro, que as manifestações abarcaram outras importantes cidades do país, denotando um caráter nacional ao ocorrido – donde exalta a inapropriação do próprio termo *caracazo*, que faria alusão às manifestações ocorridas exclusivamente na capital do país, Caracas. O episódio marcou o ápice da insatisfação da classe trabalhadora com a democracia restringida vigente. No enfrentamento com a polícia e as Forças Armadas, os centros médicos estipulam que houve cerca de 1000 mortes civis. A manifestação, porém, não provocou queda do presidente Pérez, que só veio a deixar o poder, afastado do cargo, em meados de 1993.

A situação interna, que já era desfavorável quando Pérez assume, torna-se desesperadora. Em apenas dois anos de mandato, ao final do ano do *caracazo*, a inflação anual chegou a 81%. A parcela populacional que vivia abaixo da linha de pobreza saltou de 15 para 45%.

Ao mesmo tempo, desde 1982, no interior do exército venezuelano, ganhava cada vez mais notoriedade o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200). Discutia-se no interior do movimento um novo modelo político e econômico para a Venezuela e qual seria a melhor estratégia para assumir o poder e colocar o modelo em ação. Em 1992, em meio à descrença da população sobre os partidos venezuelanos e a insatisfação popular crescente, um dos fundadores do MBR-200, o tenente-coronel Hugo Chávez, juntamente com outros membros do Movimento, tomou a base aérea de Caracas, cercou a residência presidencial e tentou destituir o presidente Pérez por meio de um golpe de Estado. Chávez não logrou êxito com a intentona, mas conquistou a simpatia de parte considerável da população venezuelana, fato que respaldaria sua candidatura posterior à presidência.

À tentativa de golpe, seguiram-se manifestações de trabalhadores contra a privatização das empresas, ameaças de greve na PDVSA e paralisações nos serviços públicos. Após este período de instabilidade política, assume a presidência do país Rafael Caldera, na eleição que demonstra a descrença no sistema político da época, onde se observou o maior índice de abstenção da história venezuelana – 38,84%. Caldera havia ocupado o cargo entre 1969 e

1974. Ainda no primeiro ano de mandato, devido à intensa pressão popular, Caldera concede anistia a Chávez e a outros insurgentes, mandando-os para a reserva do quadro militar.

A situação econômica do período de Caldera não apresenta muitas diferenças em relação ao governo anterior. O Estado teve de intervir em nada menos que treze bancos, que representavam 37% do sistema financeiro, gastando cerca de 12% do PIB. A crise bancária refletiu-se em fuga de capitais e fortes prejuízos para os correntistas domésticos. Novamente, o governo apelou para uma desvalorização monetária, visando bloquear a queda das reservas nacionais. O resultado prático foi uma inflação que ultrapassou os 100% ao ano.

Seguindo os passos do governo de Pérez, Rafael Caldera toma um novo empréstimo do FMI. A condicionalidade já era conhecida e, àquela altura, revelava-se ainda mais sentida pela população venezuelana. O sacrifício popular implicava em permanência da descrença sobre o sistema político, que alcançava o seu ápice no final da década. Hugo Chávez, que logo após a tentativa de golpe permanecia com a idéia de rompimento da institucionalidade para chegar ao poder, acabou percebendo, face tamanha convulsão social econômica e política, que poderia ser factível a chegada à presidência dentro do sistema político vigente. Foi o que aconteceu nas eleições presidenciais de 1998, onde Chávez obteve 56,2% dos votos.

Como bem observa Luis E. Lander (2005), a legitimidade e a fortaleza de um sistema democrático não são sustentadas unicamente pela regularidade, transparência e solidez de procedimentos e formas que lhes são consubstanciais, tais como o voto e o respeito às instituições. Igualmente indispensável é que as aspirações, esperanças e expectativas das massas encontrem canais de expressão, processamento e satisfação. Mais pernicioso que a pobreza é o processo de empobrecimento da população, a reprodução de um sistema de desigualdades, exclusão social e conflitos de interesses. Indubitavelmente, o contexto histórico favorecia a eleição de um candidato que pregava a ruptura com a lógica dominante.

3.2.1 A abertura petrolera e a derrocada do regime proprietar

O episódio da chamada *abertura petrolera* venezuelana fora iniciado em meados dos anos 80, e intensificou-se durante praticamente duas décadas. Sob o recorrente discurso da eficiência do mercado auto-regulador, da inserção competitiva na economia globalizada e da livre concorrência, a PDVSA adquiriu um caráter de autonomia máxima *vis-à-vis* o poder executivo. O processo de abertura petrolera é relatado com clareza por Bernard Mommer (2003), que baliza a maioria das considerações desta sub-seção da pesquisa.

Ainda em 1983, para lidar com o caos econômico apresentado nesta seção – crise cambial, inflação em alta e dívida externa impagável –, o governo apela para seu recurso mais

plausível: os fundos de investimentos da PDVSA. Assim sendo, o Estado venezuelano aumenta a tributação sobre a atividade petroleira. A reação dos gerentes da PDVSA é rápida: aproveitando-se da maior mobilidade internacional de capitais, eles começam a adquirir filiais da estatal venezuelana nos EUA, internacionalizando a empresa e transferindo porções significativas de seu recolhimento de *royalties* para longe do alcance do fisco nacional.

Em 1989, com a volta de Carlos Andrés Pérez à presidência, é feita uma tentativa de reverter o movimento de internacionalização da PDVSA. Entretanto, Mommer (2003) considera que a empresa já tinha se constituído suficientemente poderosa para desafiar o governo central e ter políticas próprias de atuação. Para ampliar sua capacidade financeira, a PDVSA utilizou contratos de fornecimento de longo prazo como garantia para tomar empréstimos no exterior. Uma vez que o cancelamento destes contratos de fornecimento de longo prazo exigia legalmente o pagamento das dívidas externas da companhia, a receita dos *royalties* acabou afastando-se mais ainda do Estado. Isto porque, em última instância, o pagamento destas dívidas externas deveria ser feito pelo governo central venezuelano que, debilitado economicamente, não o fazia. A consequência era que os investimentos *públicos* feitos no exterior jamais retornavam ao governo venezuelano, concentrando-se nas mãos *privadas* dos dirigentes petroleiros. Com o governo cada vez mais distante da arrecadação petroleira, explica-se a razão pela qual Carlos Andrés Pérez recorre ao Fundo Monetário Internacional em 1989. A condicionalidade dos empréstimos eram, como foi visto, a austeridade fiscal, a abertura econômica e a privatização de estatais. No entanto, é curioso observar que no caso da PDVSA o objetivo principal não era, num primeiro momento, a privatização, mas sim o retorno da participação de investidores estrangeiros. Segundo Mommer (2003), o interesse das companhias internacionais e dos países consumidores era, em primeira instância, dismantelar o marco político e institucional em que se conduziu a nacionalização.

Em 1990 o então presidente Pérez nomeou Andrés Sosa Pietri como presidente da PDVSA. O novo presidente iniciou um plano para transformar a companhia petroleira nacional em uma corporação energética global. A PDVSA de pronto buscou associar-se a investidores privados e o desmanche do marco regulatório se desenhava. As leis foram reformuladas e, a partir de 1991, as companhias privadas deveriam receber um pagamento por seus serviços prestados, permanecendo o petróleo sob propriedade da PDVSA. Entretanto, diz Mommer (2003), qual seria a diferença entre pagar os serviços associados à produção de um barril de petróleo e comprar um? Em outras palavras, os investidores privados produziam petróleo, vendiam à PDVSA com alguns descontos e a PDVSA arcava com o pagamento de

royalties e tributos ao governo. Estava consolidada a passagem do regime proprietário ao regime não-proprietário, novamente.

De 1976 a 1992, a participação estatal na renda petrolífera ainda permanecia significativa. Os recursos do petróleo representavam entre 66 a 86% da receita bruta total do Estado venezuelano. A partir de 1993, contudo, ocorre uma queda vertiginosa. Desde a criação da PDVSA até 1995, eram tributados cerca de 80% da produção. No ano seguinte, houve uma redução para 65%.

O ano de 1997, diz Mommer (2003), representou o ápice da abertura petrolífera. A Venezuela descumpria sistematicamente as recomendações de controle de oferta feitas pela OPEP. O seu desligamento completo da organização estava próximo. Os convênios e concessões assinados com o capital privado externo tinham duração média de 20 anos, prevendo muitas regalias. O regime de impostos e de pagamento de *royalties* foi ainda mais favorável às empresas estrangeiras. Os primeiros foram reduzidos de 65% a aproximadamente 40%, enquanto que os segundos, de 16,6% passaram ao valor praticamente simbólico de 1%. Estavam dados todos os passos para a privatização da PDVSA.

Não obstante, em 1998, o maior colapso dos mercados petrolíferos em mais de 50 anos tornou flagrante o comportamento errôneo na política petrolífera da PDVSA durante os anos 90. A queda vertiginosa dos preços do petróleo gerou instabilidades na produção e perdas significativas – de US\$ 21,91 o barril em 1997, o petróleo terminou 1998 valendo US\$8,74. Sendo 1998 um ano eleitoral, um candidato que propunha reverter o regime de apropriação da renda petrolífera e se dispunha a reverter efetivamente os ganhos em melhorias das condições de vida da população possuía grandes chances de vencer o pleito. É nesta conjuntura que Hugo Chávez chega à presidência da República. A administração do novo presidente sensivelmente distinta e marca um rompimento de paradigma na história política venezuelana. O próximo capítulo detalhará de modo mais acurado os primeiros dez anos de governo e justificará a afirmação anterior.

4 O GOVERNO HUGO CHÁVEZ

A ascensão de Chávez ao poder, em 1999, marca definitivamente o fim de uma era na Venezuela. Os partidos políticos tradicionais sucumbem à nova realidade, corroborada pela expressiva votação num modelo alternativo. Para uma visão mais apurada do governo de Hugo Chávez e das transformações da recente história venezuelana, é prudente dividir em dois períodos o governo nacional-popular bolivariano. Até 2004, Chávez preocupou-se em criar uma nova Constituição, argumentando que a anterior era incompatível com o momento histórico que se desenhava. Havia também a preocupação em realizar uma série de reformulações nas regulamentações agrárias, sociais e, sobretudo, petroleiras.

Como consequência dos novos rumos que tomava o país, muitos representantes das classes mais privilegiadas da Venezuela começam a organizar uma oposição feroz ao governo Chávez, que culmina no golpe de Estado de 11 de abril de 2002, cuja consequência principal foi a retirada de Chávez do poder por 48 horas. Percebendo que seria impossível realizar as mudanças estruturais que pretendia, sobretudo por conta da altíssima resistência imposta pelo setor que concentrava a renda petroleira e a campanha oposicionista dos meios de comunicação, o dirigente venezuelano decide reforçar substancialmente o controle estatal sobre a PDVSA, em fins de 2003. Em 2004, portanto, a partir da maior presença do Estado na utilização da renda petroleira, novos caminhos se desenhavam na Venezuela, com maior escala do que vinha sendo praticado anteriormente. Toda esta trajetória acima descrita é detalhada nas próximas linhas.

4.1 De 1999 a 2004

Em 1999, Hugo Chávez assume o poder na Venezuela. O novo presidente tinha pleno conhecimento de que, pelas características da Venezuela, para reverter a situação sócio-econômica vigente, era preciso impor profundas mudanças no seio do Estado venezuelano, e isso não prescindia da elaboração de uma nova Carta Constitucional. Na nova Constituição, aprovada por referendo popular em julho de 1999, entre outros avanços, reconheciam-se os direitos indígenas, os direitos ambientais e ampliava-se a margem de direitos sociais. Dentro da Constituição Bolivariana também estavam previstas novas eleições em todas as esferas da administração pública do país para o ano 2000, onde houve nova vitória de Chávez no plano nacional e consolidação da base governista regional.

No plano econômico, é praticamente consenso entre os pesquisadores que os primeiros anos de Chávez no governo não apresentaram mudanças radicais. O presidente continuava

pagando sem maiores questionamentos a dívida externa do país, protegia e até incentivava os investimentos estrangeiros e inclusive mantinha a mesma ministra das finanças do governo de Rafael Caldera, Martiza Izaguirre.

Em 2001, Chávez governava por meio de *leis habilitantes*¹. Utilizando-se deste sistema, formulou a nova Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, Lei da Pesca, Lei de Hidrocarbonetos, entre muitas outras. A primeira delas obrigava os proprietários de terras a provar a utilização das mesmas. A não comprovação da produtividade da terra implicaria na sua expropriação e redistribuição por parte do Estado, gerando polêmicas entre os setores mais conservadores da sociedade. A segunda teve repercussão altíssima também, ao incentivar a pesca artesanal em detrimento da pesca industrial. A terceira lei merece maior atenção e será mais bem analisada abaixo.

4.1.1 O início do retorno ao regime proprietar

Sobre a questão petroleira, Chávez já havia buscado, externamente, retomar os diálogos com a OPEP, na tentativa de revitalizar a Organização. Como afirmou em um discurso na *Universidad Central de Venezuela*, em Caracas, no ano de 1999, o aumento do preço do petróleo na virada do século não era consequência de guerras ou outras casualidades. Era o resultado de uma estratégia acertada, de uma mudança significativa com relação à política dos governos anteriores e da PDVSA. “Agora”, dizia ele, “o mundo sabe que há um governo sério na Venezuela”. No plano interno, o novo presidente nomeou Alí Rodríguez Araque para o *Ministério de Energía y Minas*, que havia se oposto explicitamente às políticas liberalizantes da abertura petroleira. Além disso, a nova Constituição Bolivariana garantia que a PDVSA não poderia ser privatizada. Em 2001, na nova Lei de Hidrocarbonetos Líquidos, estabeleceu-se uma taxa mínima de 30% no pagamento de *royalties* nos novos contratos de exploração destes recursos naturais, e reservava-se ao Estado a maioria acionária em qualquer contrato petroleiro subsequente. Outra medida importante prevista na nova lei, segundo Luís E. Lander (2005), era a de separar contabilmente as etapas de produção do petróleo, a fim de controlar e minimizar as manipulações que ocorriam no interior dos balanços, com o propósito de diminuir a parcela tributada pelo imposto de renda. Como afirma o autor, “(...)o ganho mais transcendental para a reforma petroleira é o fato de que agora a companhia, em lugar de constituir a principal fonte de resistência [do governo Chávez], se transforma na sua melhor aliada”. Estavam lançados os caminhos para o retorno do regime proprietar de exploração.

¹ Mecanismo previsto na Constituição Bolivariana que previa a implantação de leis sem que fosse necessária a aprovação prévia pelo Congresso Nacional.

A reação da elite venezuelana diante da contestação de seus privilégios iniciou-se com uma campanha violenta contra o governo, protagonizada sobretudo pela elite vinculada ao petróleo e os meios de comunicação. O decreto de 2001 desagradava profundamente o então presidente da PDVSA, Guacaipuro de Almeida. Como retaliação, ele convocou uma paralisação nacional, entre os meses de dezembro de 2001 e janeiro de 2002. Por conta disso, é substituído em fevereiro, por Gaston Parra Luzardo. Guacaipuro, sem sentir-se intimidado, aliando-se aos altos executivos da empresa e ao alto escalão das forças armadas, convoca uma nova paralisação nos dias 9 e 10 de abril de 2002. Estas duas greves gerais culminaram na tentativa de golpe de estado de 11 de abril do mesmo ano. O golpe depôs o presidente Hugo Chávez por 48 horas do poder e, segundo Maringoni (2009), deixou 19 pessoas mortas e cerca de 200 feridas. Dissidências internas provocaram o enfraquecimento do governo golpista e Chávez retomou a presidência com apoio basicamente dos soldados do baixo escalão do exército e sob forte pressão popular. Mesmo assim, a oposição não se resignou e, em novembro do mesmo ano, houve nova paralisação por parte do setor petrolífero. Contudo, desta vez, a atividade não-petrolífera continuou a funcionar e evitou que o país entrasse em colapso.

Além do transtorno político causado pela tentativa de golpe, deve-se revelar os efeitos econômicos das paralisações realizadas em 2001 e 2002. A interrupção da produção de petróleo teve grave efeito sobre a atividade econômica do país. A recessão do PIB venezuelano chegou a 18% no ano de 2002 e só deu sinais de recuperação a partir do segundo semestre de 2003.

4.2 De 2004 aos dias atuais

A resposta do governo foi enérgica diante do golpe de Estado mal sucedido. Em fins de 2003, Chávez inicia uma nova onda de reformulações políticas na Venezuela, concentrando-se mais agora nos setores petrolífero e macroeconômico. Na PDVSA, é feito um rearranjo institucional de proporções gigantescas. Dos 42 mil funcionários que pertenciam à empresa, cerca de 18 mil foram demitidos, a grande maioria com cargos de alta remuneração. Também no último trimestre de 2003, é feita a adoção do controle de capitais e a fixação de preços dos produtos básicos da economia.

Ainda nos resquícios do golpe de Estado, a oposição consegue se mobilizar e colhe assinaturas para que seja realizado um referendo revogatório do mandato presidencial, conforme previa a Carta constitucional. O pedido é acatado e realiza-se uma consulta popular

em agosto de 2004. A ratificação do mandato é feita por quase 59% da população votante, e a oposição se enfraquece substancialmente.

Chávez também não mede esforços na queda de braço permanentemente travada frente os meios de comunicação venezuelanos. Desde 2004, o presidente tem procurado cada vez mais apresentar dentro da mídia as conquistas de seu governo, absolutamente ignoradas pela imprensa tradicional. Desde a *Vive TV*, criada em fins de 2003, passando pela *Telesur* em 2005 até a *Venezoelana Televisora Social*, substituta da *Rede Caracas de Televisión* (RCTV) em 2007.

No ano de 2005, Chávez intensifica as parcerias externas, especialmente na busca da integração latino-americana. Ações como a compra de títulos da dívida pública argentina, a criação do Banco do Sul em Caracas, além da formação e fortalecimento da *Alternativa Bolivariana às Américas* (ALBA), como união econômica contraposta à ALCA, ilustram o tema.

Também em 2005, mais precisamente durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, Chávez introduz um novo termo em seus discursos. Segundo ele, o caminho plausível para a superação da dependência venezuelana era o socialismo. Por isso, seria seguida na Venezuela a partir daquela data a construção do Socialismo do Século XXI. Gilberto Maringoni (2009), utilizando-se de trechos de discursos do presidente venezuelano, destrincha brevemente alguns aspectos do pleiteado socialismo de Chávez. O primeiro deles é a moralização da vida, lutando-se contra o individualismo, o egoísmo e os privilégios alimentados pelo sistema capitalista. Em segundo lugar, vem a democracia participativa e protagônica, com amplos poderes de decisão da população sobre os grandes temas nacionais. Em seguida, deve-se prezar a igualdade com liberdade. Por fim, o último pilar do socialismo do século XXI deve ser a busca pelo cooperativismo e o associativismo, cuja base é a propriedade coletiva. Quanto à propriedade privada, o discurso do dirigente venezuelano é o de que ela não será extinta à medida que o processo avança, mas será observada com atenção pelo Estado.

Em fins de 2006, poucos dias após ter uma vitória expressiva nas eleições presidenciais (mais de 60% dos votos), Chávez tomou outra iniciativa de grande repercussão. Sob o argumento de acelerar o processo de transformações sociais no país, o presidente comunicou a criação do *Partido Socialista Unificado de Venezuela* (PSUV). É fato que, por não ser membro de nenhum partido político tradicional, Chávez enfrentava dificuldades em mobilizar uma base governista de apoio concreta. Por conta disso, tomou a decisão de tentar reforçar esta base criando um novo partido, que unisse todas as frentes de apoio.

Houve intensa movimentação política na Venezuela em 2007, sobretudo no segundo semestre. Hugo Chávez propunha mudanças significativas na Carta Constitucional de 1999. Uma consulta popular estava agendada para o final do ano, a fim de que a população manifestasse seu apoio ou sua rejeição às alterações propostas. Entre as principais medidas contidas no novo texto constitucional, estavam a passagem de 20 para 30% no número de eleitores exigido para que fosse convocado um referendo revogatório do mandato presidencial; o aumento do mandato de seis para sete anos; o tamanho da propriedade rural seria limitado; a perda de autonomia do Banco Central no controle da política econômica; a redução da jornada de trabalho de oito para seis horas; e a inclusão dos trabalhadores informais no sistema de seguridade social. Num balanço geral, a proposta de reforma possuía muitos avanços, mas certas medidas eram recebidas com receio pela população. Conforme Maringoni (2009), a estratégia de polarização política usada nos anos anteriores, dizendo que os que não apoiavam o governo bolivariano eram representantes da elite e estavam aliados ao imperialismo norte-americano, não logrou êxito no pleito do referendo. Por uma diferença de 1,52% dos votos, Chávez conhece sua primeira grande derrota eleitoral em quase dez anos de mandato.

O ano de 2008 e o início de 2009 foram marcados pelo incremento das nacionalizações no curso da revolução bolivariana. Mais de 70 empresas passaram ao controle estatal desde o início do mandato de Chávez. As que tiveram maior repercussão foram a estatização da *Cargill*, maior produtora de arroz do país, e de diversas prestadoras de serviços vinculadas ao setor petrolífero. Chávez justifica as medidas pontuando que a produção de alimentos vinha sofrendo restrições voluntárias da oferta por parte da multinacional para elevar seu preço, como reação ao controle inflacionário que praticava o governo. Sobre o petróleo, é inegável o caráter estratégico que o setor possui dentro do plano doméstico, o que justifica seu controle por parte do Estado. Chávez ainda justifica as ações baseando-se na justiça social, ao afirmar que os trabalhadores destas prestadoras de serviço tinham comprimidos seus direitos sociais e trabalhistas. Acrescenta-se a isso o desejo do presidente venezuelano de encaminhar o projeto socialista, no qual a propriedade privada deve ser observada criteriosamente. Além disso, mais do que proteger setores economicamente estratégicos, é importante também que o governo preserve setores socialmente estratégicos, como os que envolvem a segurança alimentar do país. Contribuem ainda para a intensificação das nacionalizações o horizonte nebuloso que se observa numa conjuntura de crise econômica mundial, que vinha se arquitetando há muitos anos, mas que somente em meados de 2008 concretizou-se. Sendo o líder de uma revolução democrática de conotação popular, Chávez

opta por aumentar a participação estatal em setores onde intervenções pontuais de um Estado fortalecido podem representar garantias muito maiores à manutenção das atividades do que a esfera privada, abalada com as gigantescas limitações econômicas da atualidade.

É fato que, desde 2004, os preços internacionais do petróleo ascenderam vigorosamente. A partir disso, o governo central renegociou contratos anteriores de exploração, propondo um mecanismo de *joint ventures* com as petroleiras estrangeiras e elevando a tributação a 66%. Com os preços em alta, muitas empresas aceitaram a negociação. Entretanto, outras se opuseram e foram obrigadas a encerrar suas atividades no país.

O incremento fiscal possibilitou que, a partir de 2004, fossem concretizadas as chamadas missões sociais. Há missões de alfabetização em massa, como a *Missão Robinson* (que eliminou, de acordo com relatório da UNESCO, o analfabetismo no país no fim de 2005), a *Missão Bairro Adentro* de atenção médica gratuita, a *Missão Mercal* de mercados populares e casas de alimentação, a *Missão Vuelvan Caras* de apoio à capacitação técnica, a *Missão Ribas* de formação secundária e a *Missão Sucre* de formação universitária. Segundo Raquel Moysés (In OURIQUES, 2005), os programas governamentais abrangem aproximadamente 20 milhões de venezuelanos (quase 75% da população).

As conquistas sociais da população venezuelana são incontestáveis durante o mandato do presidente Chávez. O escritor e jornalista argentino José Steinsleger, em um artigo publicado no periódico mexicano *La Jornada*, traz dados levantados pelo *Intituto Nacional de Estadísticas de Venezuela*, em parceria com a Cepal, sobre a evolução da qualidade de vida na Venezuela durante a Revolução Bolivariana, até 2007. Os dados seguem no quadro a seguir:

Quadro 1: Evolução social venezuelana (1998-2007)

Indicador	1998	2007
Pobreza extrema (%)	20,3	9,4
Pobreza geral (%)	50,4	33,07
Mortalidade Infantil (para cada mil nascidos vivos)	21,4	13,9
Salário mínimo (em US\$)*	154,00	286,00
Investimento em educação (% do PIB)	3,38	5,43
Indivíduos com educação pré-escolar (% da população total)	44,7	60,6
Indivíduos com educação básica (% da população total)	89,7	99,5
Indivíduos com educação média (% da população total)	27,3	41
Indivíduos com educação superior (% da população total)	21,8	30,2
Número de alunos beneficiados com alimentação escolar	252.284	1.815.977
Acesso à internet	680.000	4.142.068
Investimento em saúde (% do PIB)	1,36	2,25
Acesso à água potável (% da população total)	80	92
Desigualdade social (Índice de Gini)**	0,498	0,427

Fonte: Steinleger (2008). Elaboração do autor

* É o salário mínimo mais alto da América Latina – isso sem incluir o “cesta-ticket” (uma ajuda de custo na compra de alimentos básicos), - e outros benefícios que recebem mais de dois milhões de trabalhadores dos setores público e privado.

** É o país menos desigual da América Latina, de acordo com a Cepal.

Como se pode observar, o êxito de Chávez em termos de qualidade de vida abarca um horizonte que vai ainda além do alcance das exitosas *misiones*. Entretanto, na tentativa de desqualificá-la, recorrentemente a política social do presidente venezuelano é considerada assistencialista e, não raras vezes, é comparada ao período efêmero de bonança social advinda da utilização da renda petroleira dos anos 70. Tentando contrapor estas opiniões, o ministro de Estado da Economia Popular da Venezuela, Elías Jaua, afirmou oficialmente em 2004 que a política de inclusão atual transcende o enfoque assistencialista do modelo clássico dos anos 70. Segundo Jaua, o objetivo atual é “criar um mecanismo de superação da pobreza via capacitação permanente, criação de postos de trabalho, defesa do salário real e garantia de serviços públicos cada vez melhores”.

Para além da retórica governista, esta pesquisa busca, verificando indicadores econômicos específicos, vaticinar se a política social atual – e a consequente elevação da qualidade de vida na Venezuela – é capaz de se sustentar sem depender estruturalmente da

renda petroleira. Mediante a observação da evolução do produto interno bruto (PIB), do endividamento público externo, das reservas internacionais, do volume de produção manufatureira interna, do salário real, do consumo domiciliar, da taxa de desemprego e da formação bruta de capital fixo (FBKF), procura-se identificar se há indícios de capacidade auto-propulsora no modelo venezuelano. Além disso, seria imprudente analisar as oscilações destas variáveis sem relacioná-las às alterações dos preços internacionais do petróleo, e esta pesquisa não se furtará em fazê-lo.

5 O GOVERNO HUGO CHÁVEZ E A UTILIZAÇÃO DA RENDA PETROLEIRA

Os indicadores são profundamente elucidativos para a compreensão da situação atual venezuelana. Nesta seção optou-se por apresentar estes indicadores e, posteriormente, realizar uma análise em bloco de suas principais implicações. As considerações acerca dos indicadores são feitas em bloco porque, ficará evidente durante a apresentação gráfica, que todos os indicadores se mantêm praticamente estáveis até fins de 2001. Depois disso, é facilmente observável o impacto das paralisações gerais e greves petroleiras entre 2001 e 2002, e o reflexo da tentativa de golpe de Estado. Por isso, 2003 é um ano atípico e representa o divisor de águas do regime de Hugo Chávez. A seguir, apresentam-se os indicadores gráficos da evolução econômica do governo iniciado em 1999.

5.1 Apresentação de indicadores

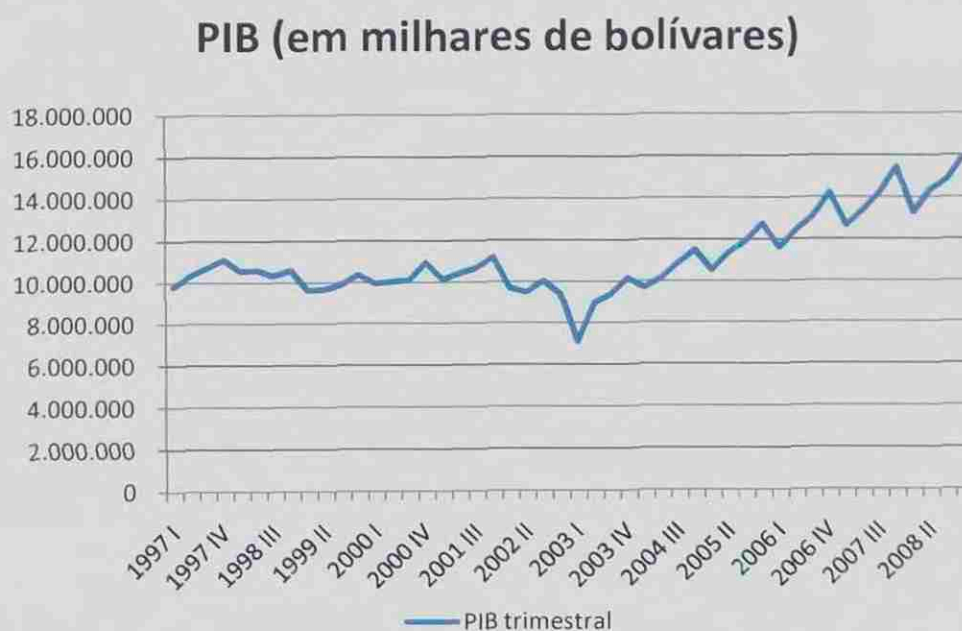


Gráfico 1: Produto Interno Bruto trimestral da Venezuela a preços constantes (1997=100) em milhares de bolívares. Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV). Elaboração do autor.

PIB Petrolero X PIB Não Petrolero

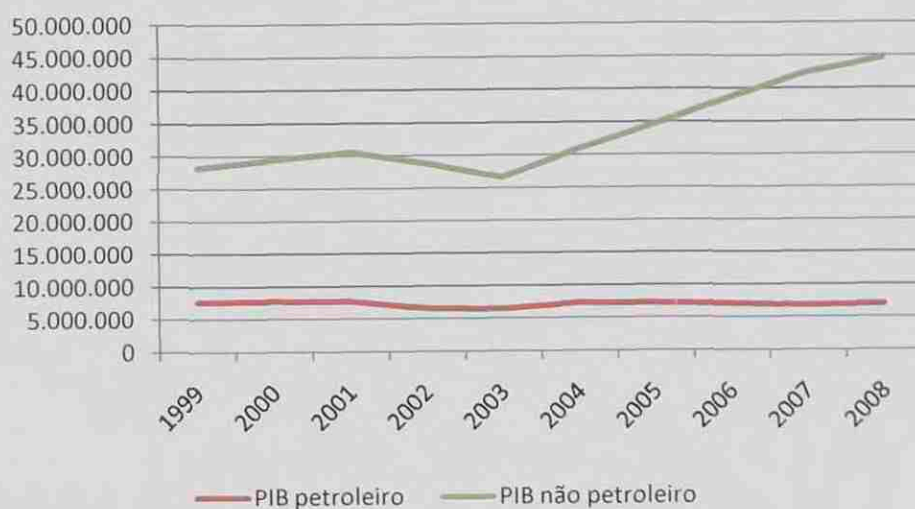


Gráfico 2: Produto Interno Bruto Petrolero X Produto Interno Bruto Não-Petrolero da Venezuela a preços constantes (1997=100) em milhares de bolívares. Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV). Elaboração do autor

Preço do petróleo (em US\$)

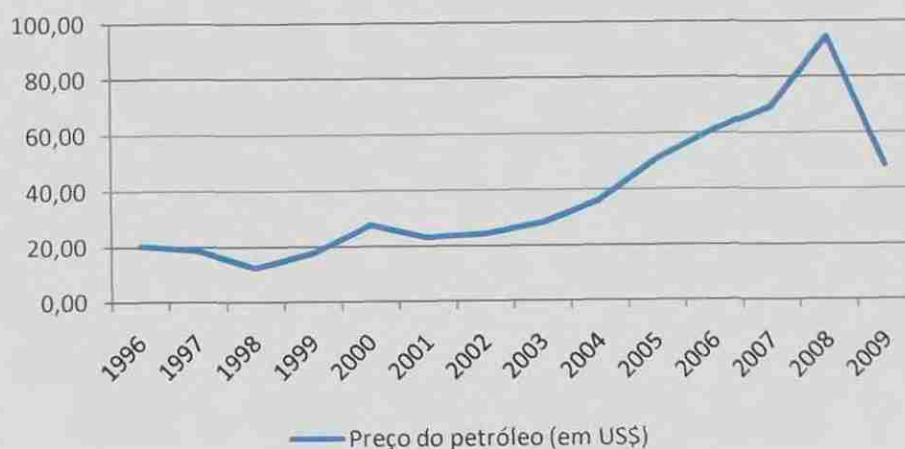


Gráfico 3: Preço da cesta de petróleo (em US\$). Fonte: OPEP. Elaboração do autor.

Dívida pública externa

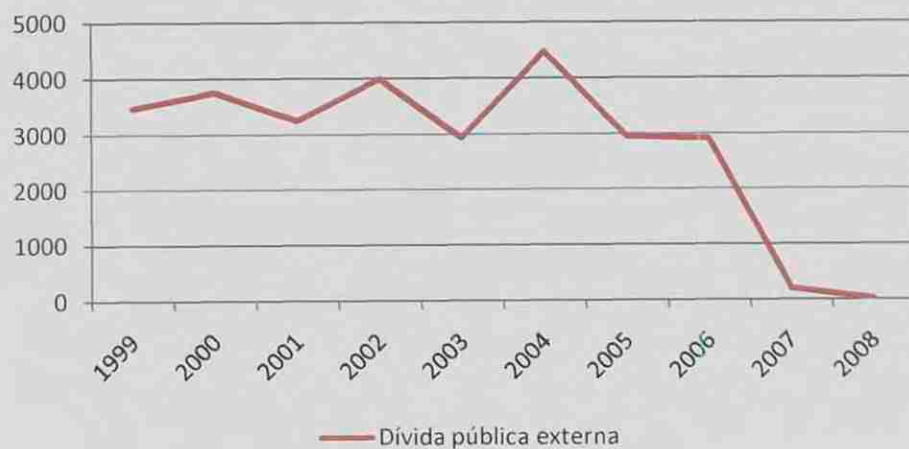


Gráfico 4: Dívida externa venezuelana (em milhões de US\$). Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV). Elaboração do autor.

Reservas Internacionais

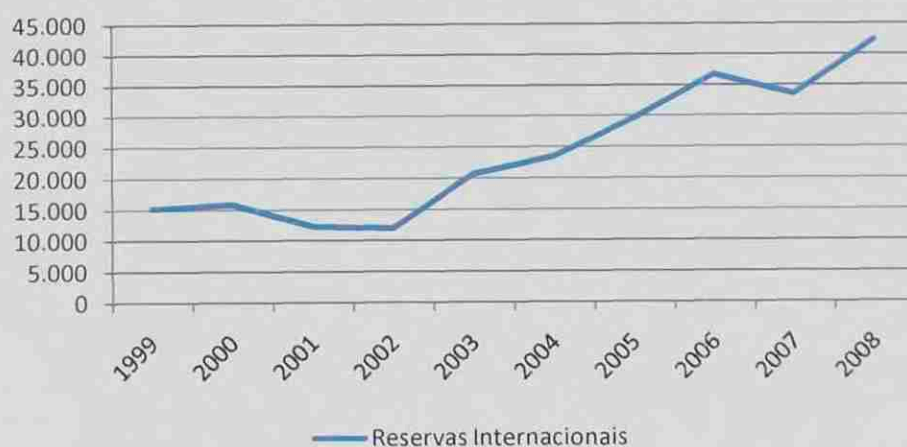


Gráfico 5: Reservas internacionais (em milhões de US\$). Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV). Elaboração do autor.

Salário real (em Bolívares)

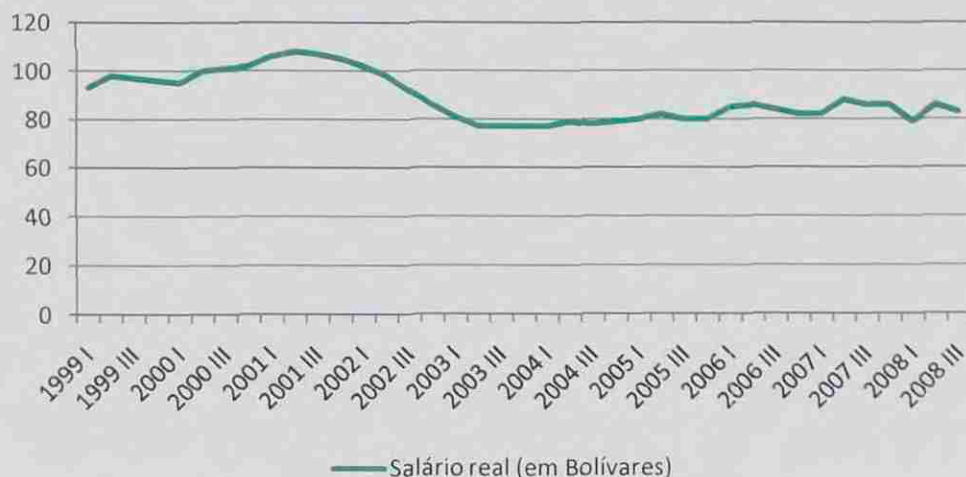


Gráfico 6: Salário real em Bolívares. Fonte: CEPAL. Elaboração do autor.

Volume de produção manufatureira e de máquinas e equipamentos

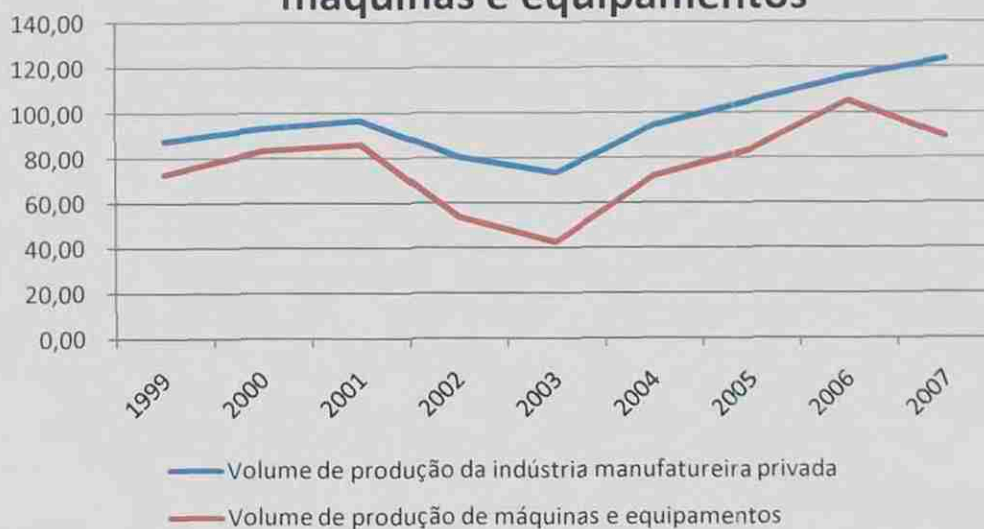


Gráfico 7: Índice do volume de produção manufatureira privada e índice de volume de produção de máquinas e equipamentos (1997=100). Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV). Elaboração do autor.

Consumo domiciliar no mercado interno

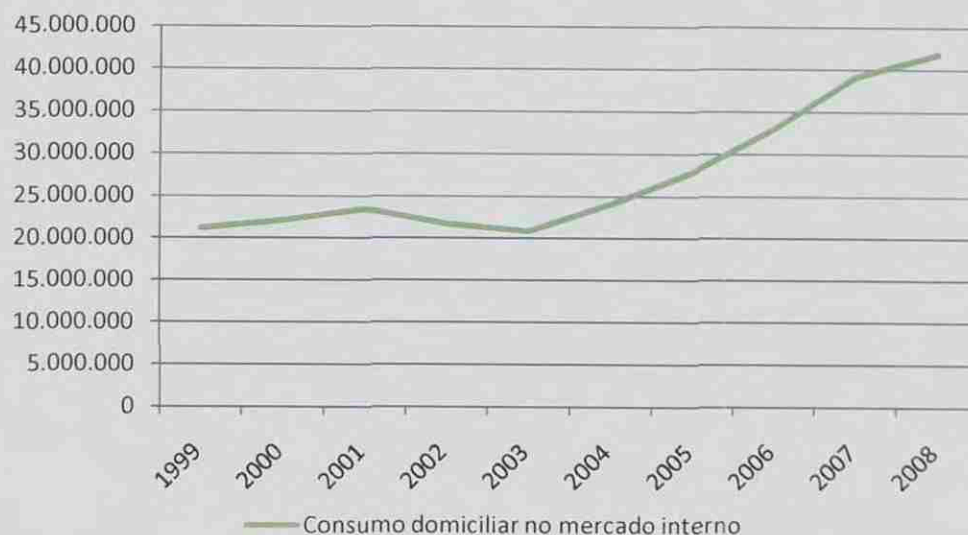


Gráfico 8: Consumo domiciliar no mercado interno em milhões de Bolívares (1997=100). Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV). Elaboração do autor.

Total de exportações X exportações petrolíferas

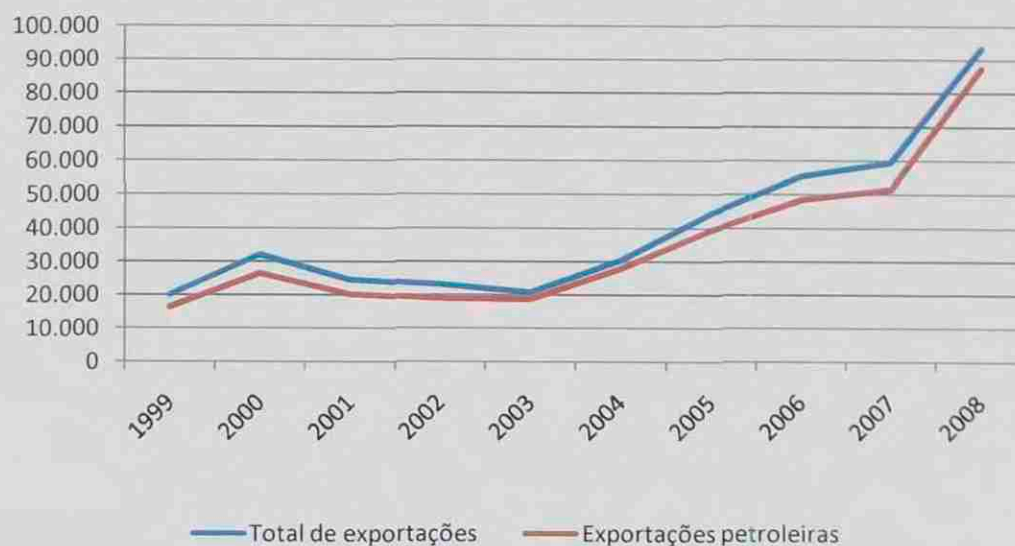


Gráfico 9: Total das exportações X exportações petrolíferas (em milhões de US\$). Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV). Elaboração do autor.

Taxa de desemprego (% da PEA)

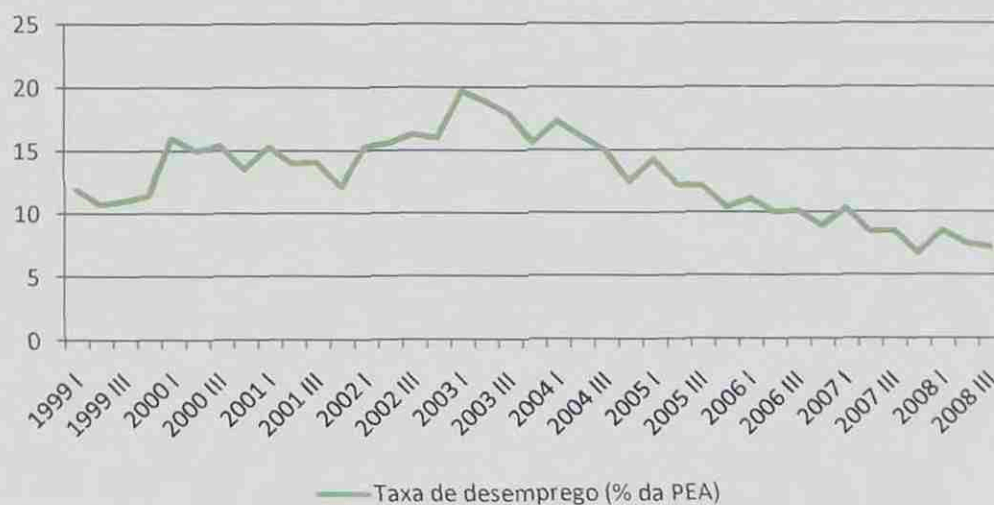


Gráfico 10: Taxa de desemprego (% da PEA). Fonte: CEPAL. Elaboração do autor.

Formação Bruta de Capital Fixo

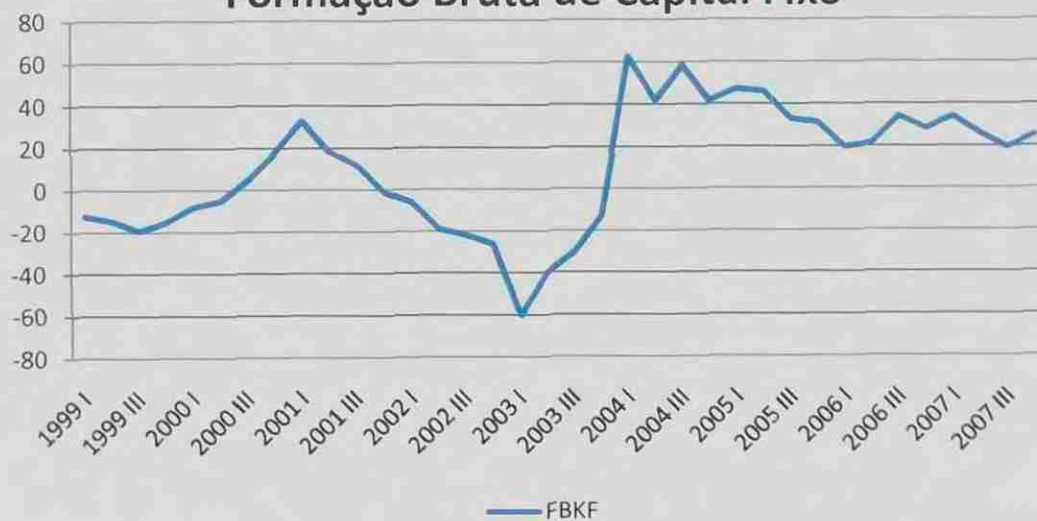


Gráfico 11: Formação Bruta de Capital Fixo (% do investimento total). Fonte: Banco Central da Venezuela (BCV). Elaboração do autor.

5.2 Análise dos indicadores

Como foi mencionado anteriormente, praticamente todos os indicadores passam a variar expressivamente a partir de 2004, ratificando a suposição de que nas mudanças do regime petrolífero, praticamente concluídas com a reforma estrutural da PDVSA em fins de 2003, repousa a origem da atual evolução econômica e social do país. A atividade petrolífera na Venezuela é tão relevante que nas contas nacionais há uma discriminação sobre o produto referente à atividade petrolífera e produto não-petrolífero. A partir disso elaborou-se o gráfico 2, onde se observa que o PIB petrolífero manteve-se estável, em torno de 7 milhões de bolívares, durante todo o governo Chávez, ao passo que o PIB ligado à atividade não-petrolífera cresceu significativamente. É possível deduzir então que a economia venezuelana esboça minimamente uma desvinculação produtiva do setor petrolífero. É pertinente ainda observar que, mesmo afastando-se um pouco da atividade petrolífera, o PIB venezuelano ainda é condicionado significativamente por este setor. A evolução anual dos preços do petróleo indica mais precisamente a correlação existente. A escalada vertiginosa dos preços internacionais do petróleo a partir de 2004 coincide também com o período de evolução econômica e social. Portanto, a própria diversificação da planta produtiva nacional é condicionada pelas oscilações do mercado internacional de petróleo. Não obstante, é pertinente ressaltar que, como na afirmação de Hugo Chávez já exposta nessa pesquisa, esta subida dos preços é explicada muito mais por uma política de valorização do petróleo, articulada em conjunto com os outros países da OPEP, do que propriamente por mecanismos de mercado que ajustam o preço conforme a oferta e a demanda pelo recurso natural.

O aumento da arrecadação fiscal a partir de 2004 foi crucial para a liquidação da dívida externa venezuelana, em pouquíssimo horizonte temporal. Concomitantemente, o governo preocupou-se em elevar as reservas internacionais, como forma de garantir a menor influência possível de movimentos externos na economia do país. A ascensão do consumo domiciliar interno também serve de proteção às oscilações econômicas internacionais, e demonstra um movimento importante no sentido da afirmação de um projeto nacional de desenvolvimento. A ênfase no mercado doméstico representa uma diferença substancial para o regime petrolífero dos anos 70, em que o aumento da renda interna venezuelana traduziu-se em importações de bens de consumo supérfluos. Por outro lado, o gráfico das exportações venezuelanas demonstra que o país ainda depende essencialmente do consumo internacional de petróleo para compor seu excedente econômico, sem tendências de separação nos próximos anos.

O salário real venezuelano manteve-se relativamente estável nos últimos seis anos. Todavia, durante o governo Chávez já se obteve valores maiores de salário real. Isto muito provavelmente explica o fato de o salário mínimo venezuelano ser o maior da América Latina. Mesmo assim, é importante fazer uma breve consideração sobre este índice. Não raras vezes critica-se, tanto no meio intelectual quanto no senso comum – supondo-se que ainda há divórcio entre os dois – os altos índices de inflação que vigoram na Venezuela. Contudo, no mesmo estudo em que se baseou a tabela apresentada no capítulo anterior acerca da melhoria da qualidade de vida venezuelana em termos sociais, verifica-se que no período anterior ao governo Hugo Chávez a inflação era ainda maior. No governo de Jaime Lusinchi, entre 1984 e 1988, a inflação anual média foi de 22,7%; em seguida, durante a administração de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), os índices anuais médios foram de 45,3%; o governo subsequente, de Rafael Caldera (1994-1998), deixou como herança uma inflação média anual de 59,4%; Hugo Chávez, de 1999 a 2007, convive com uma inflação média anual de 18,4%. Além disso, as sucessivas quedas da taxa de desemprego a partir de 2003 certamente podem contribuir para a recuperação do salário real venezuelano, anulando os efeitos da inflação.

5.3 Breve comentário sobre os indicadores

Como afirmado na introdução deste trabalho, a escolha dos indicadores a serem trabalhados e, principalmente, a importância que se atribui a cada um deles para averiguar o quão sustentável é a elevação do padrão de vida venezuelano está, em última instância, inerente a cada pesquisador. As mais variadas críticas podem ser feitas para julgar os indicadores e índices apresentados. Álvaro Vieira Pinto (2008), intelectual brasileiro de formação social ampla, perpassando pela sociologia, pela matemática e pela filosofia, foi um autor que criticou profundamente a utilização de alguns indicadores muito corriqueiros entre os economistas e muito estimados também pelos mesmos. Com o propósito de incitar o pensamento autônomo, desvinculado de concepções estrangeiras, Vieira Pinto (2008) afirma serem apenas aparentemente científicos grande parte destes indicadores. Na verdade, os índices econômicos estariam carregados de interesses ideológicos. Exemplificando, o autor cita o culto dos índices de grandeza e opulência de que se traduz em “taxas de crescimento”, “expansão da riqueza”. Por isso, diz Vieira Pinto (2008), elaboram-se tabelas, gráficos, balanços, indicadores, taxas e modelos altamente complexos de modo a dar-lhes o aspecto de seriedade e respeito que afaste a dúvida ou a suspeita de fraude ou manipulação. Segundo o autor, a complexidade dos modelos dedicados a quantificar o desenvolvimento nacional acaba por não suscitar qualquer tipo de questionamento ou senso crítico em quem incorpora

mecanicamente estes conceitos. A consequência disso é a reprodução acrítica dos vícios e da realidade vigente.

O ponto de partida da crítica de Vieira Pinto (2008) é que a economia se realiza no âmbito social. Sendo assim, ela tem obrigatoriamente caráter objetivo, material. O grande problema dos indicadores, para o autor, é que eles mascaram as relações sociais. Através dos conceitos, dos cálculos, das teorias e métodos, adentra-se na abstração e na subjetividade, ocultando-se o terreno objetivo das relações sociais e legitimando a ordem vigente.

Grande parte do esforço do autor em mostrar a debilidade dos indicadores concentra-se em sua crítica ao conceito de produto nacional bruto. Nas palavras do autor:

A produção do país em conjunto não tem medida numericamente contável. Só admite avaliação em restritos campos de atividade fabricadora porque, se fosse viável, mediria o esforço do trabalho total desempenhado por um povo. Deve contar-se, nesse trabalho, a criação mental no estado real e puro, isto é, antes de se converter em mercadoria sob forma de alguma produção venal, incluir a soma de duas espécies de atividades heterogêneas, o trabalho humano, muscular ou mental, que não falta nunca, e o trabalho maquinal, exercido pelos engenhos industriais, do simples pilão para socar o milho até a mais moderna e complicada linha de montagem. (PINTO, 2008, p.288)

Por conta disso, Vieira Pinto (2008) considera o conceito de produto nacional bruto contraditório e irreal, ao procurar consumir uma soma entre dados fundamentalmente heterogêneos. Ainda de acordo com o autor, o PNB não tem relação com o conceito filosófico de “produto”, que seria um conceito exclusivamente humano, já que o homem é o único vivente dotado da capacidade de produzir. Para além deste fato, o custo humano da realização de um produto é um fato existencial, que não admitiria quantificação. Ao indagar-se sobre o motivo pelo qual atribui-se tanta relevância ao estudo do produto, Álvaro Vieira Pinto elabora a seguinte sentença:

Graças ao sofisma [das] classes possuidoras, (...) justamente as que, por definição, nada produzem e usurpam para si o título de produtoras é que o índice ganhou tamanha importância. (...) Porém, correspondendo ao diploma de eficiência e valor dos dignitários do capital, dá-lhes a ilusão de se julgarem, por esse motivo, produtores. Daí a grandiosidade do PNB ser a prova da eminência social da classe capitalista, que naturalmente identifica o país à sua minoritária presença. (VIEIRA PINTO, 2008, p.288).

A partir disso, Vieira Pinto (2008) não vacila em afirmar que o PNB serve de índice de “demonstração” das sociedades hegemônicas, ainda que sua vultuosidade seja sustentada pelo esforço das multidões do proletariado externo. Por essa mesma razão, o autor defende que os países periféricos criem seus próprios índices econômicos, de maneira a se adaptarem à sua própria realidade doméstica. A economia, para o autor, é a ciência do processo histórico, real e concreto, constituída pelo desenvolvimento das forças sociais produtivas, graças às quais os

homens dominam a natureza e dela extraem os objetos. Primordial no conhecimento e avaliação do progresso nacional é a expansão das forças produtivas, que implica o aperfeiçoamento da utilização da natureza pelo homem e sua extensão a todas as camadas da população.

Feito este breve comentário, esta pesquisa reconhece a debilidade de muitos dos indicadores econômicos. Entretanto, diante das limitações da não existência, até o momento, da elaboração concreta e de um consenso sobre perspectivas alternativas de avaliação da evolução econômica de uma nação, bem como das peculiaridades e dificuldades inerentes ao estudo de um país estrangeiro, optou-se pela tentativa de minimizar, na escolha dos indicadores, os efeitos de distorção discutidos nas linhas anteriores. Portanto, o texto encaminha-se a partir de agora a analisar brevemente os dois indicadores da economia venezuelana concernentes às forças produtivas do país, a saber, o volume de produção manufatureira e de máquinas e equipamentos, e a formação bruta de capital fixo (FBKF).

Como se sabe, a formação bruta de capital fixo representa o fluxo dos ativos fixos, novos ou usados, tangíveis ou intangíveis, disponíveis em uma economia para levar a cabo um processo produtivo consistente. Tendo por finalidade revelar os investimentos que procuram aumentar a capacidade produtiva do país, a FBKF é um indicador da atividade econômica e do potencial produtivo de um país. Por conta disso é que Vieira Pinto (2008) e outros autores, como Paul Baran (1986) – para mencionar apenas dois que foram contemplados nesta pesquisa – a considera como fundamental para avaliar o progresso das forças produtivas nacionais.

O volume de produção manufatureira venezuelana acompanha a trajetória do PIB nacional. Teve comportamento discreto até fins de 2001, retraiu-se abruptamente entre 2002 e 2003, e recupera-se atualmente, ultrapassando em 2004 pela primeira vez o patamar existente em 1997 e com tendência de alta. O movimento da produção nacional de máquinas e equipamentos, por sua vez, é bastante semelhante ao encontrado na produção manufatureira total. Entretanto, a partir de 2006, quando seguia um caminho ascendente e, pela primeira vez, recuperava os níveis de 1997, não acompanhou o desenvolvimento da manufatura total e iniciou um declínio acentuado, sem revelar sinais de recuperação. Sobre a FBKF, observa-se que ela oscilou consideravelmente nestes dez anos de governo Chávez. Seu valor subia constantemente até as paralisações gerais e a greve petroleira, sendo o indicador que apresentou maior sensibilidade a estes episódios. Em 2003, inicia uma alta espetacular. Entretanto, não se pode esquecer que a taxa usa como referência o período imediatamente anterior. Como houve recessão acentuada nos períodos predecessores, os aumentos

subseqüentes revelam-se discrepantes. Desde 2004, a taxa tem oscilado entre 20 e 30%, o que é um ótimo desempenho, comparável inclusive ao de muitas economias desenvolvidas.

Feita esta última análise, julga-se que foram expostos os instrumentais teóricos, históricos e empíricos suficientes para que o trabalho encaminhe-se às considerações finais, onde se fará a avaliação da possível sustentação da perenidade do modelo atual venezuelano, em conformidade com os objetivos deste trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da exposição e da análise do capítulo anterior, é possível emitir com maior propriedade um juízo acerca do processo revolucionário venezuelano iniciado em 1999. Este juízo é composto, nesta parte final do trabalho, por três comentários pontuais. O primeiro dá conta de ilustrar a diferença estrutural entre a utilização do excedente econômico apropriado pelo Estado venezuelano nos anos 70 e o modelo de utilização do excedente econômico atual preconizado pela revolução bolivariana. O segundo envolve a conclusão sobre a possível perenidade do modelo atual, como objetivo principal desta investigação. O terceiro e último comentário abrange a mudança estrutural que parece estar em curso na Venezuela, explicitada pelo alto grau de conscientização popular.

Nos anos 70, a nacionalização petroleira foi realizada como reação à alta gigantesca dos preços internacionais do recurso natural. De nacionalismo, realmente, a nacionalização representava muito pouco. Este fato é ilustrado, como se pôde observar, pela opção estatal da manutenção no período pós-nacionalização de praticamente todos os dirigentes que administravam a política petroleira pré-nacionalização. A única diferença era que, ao inserirem-se na máquina estatal, o discurso que representava o interesse privado passou a ser, oficialmente, o discurso do interesse nacional. As conseqüências deste modelo foram bastante detalhadas no curso deste trabalho e não é propósito retomá-las agora.

O regime de administração do petróleo presente no governo de Hugo Chávez é substancialmente diferente. Através da nova Constituição, o presidente buscou lançar as bases da reestruturação da PDVSA. Orientado por ações eminentemente nacional-populares e anti-oligárquicas, Chávez traçou como meta primordial de seu governo o fim do divórcio entre PDVSA e Estado. Nada mais justo, diante de um Estado que possui a maior reserva petroleira da América Latina. Ainda que tenha pago o preço pela ousadia – sofreu com as paralisações nacionais e greves petroleiras, cujo corolário foi o golpe de Estado de 2002 – atingiu seu objetivo em fins de 2003, com a retirada de 18 mil funcionários da empresa, em sua maioria altos executivos patrocinadores do golpe.

Um outro aspecto que não pode ser ignorado é que, diferentemente dos anos 70, as expectativas de queda no preço do petróleo são muito reduzidas. Ainda que este oscile *vis-à-vis* as vacilações econômicas internacionais, é bem mais provável que seu preço se estabilize e cresça gradualmente. A redução drástica dos preços nos últimos meses já foi recuperada. O preço do barril, que chegou a US\$ 40 em dezembro de 2008, já regressou a um patamar próximo dos US\$ 60. Muitos dos dados apresentados já contam com o declínio acentuado

apresentado no ano de 2008. De qualquer forma, os reflexos parecem não ter sido tão assombrosos como certamente seriam anos atrás. Sendo assim, as sensações de perenidade e estabilidade e do crescimento são muito mais acentuadas na atualidade do que eram nos anos 70.

Os dados apresentados dão conta de que os resultados econômicos venezuelanos são exemplares. O produto se expande, as reservas internacionais crescem e a dívida externa foi extinta. De modo mais significativo, o que se pode verificar na Venezuela, é que o mercado interno tem sido estimulado, milhões de venezuelanos ingressaram na esfera do consumo. Este movimento favorece o crescimento da manufatura interna. A despeito da produção de máquinas e equipamentos estar em declínio, a formação bruta de capital fixo apresenta níveis significativos, o que certamente contribui para a diminuição da dependência petroleira no futuro. De acordo com a Cepal, 90% das exportações venezuelanas são de petróleo e derivados. A Venezuela ainda depende, portanto, da renda petroleira para sustentar seu modelo. Entretanto, a observação dos indicadores permite afirmar que o governo atual tem consciência das limitações do modelo exportador de uma *commoditie* que, além de tudo, é finita. Observa-se, portanto, um movimento de utilização do excedente, sobretudo petroleiro, na criação de condições de superação desta realidade, ainda que embrionariamente.

A última consideração inicia-se pela apropriação das idéias de Ruy Mauro Marini. Num texto intitulado *La lucha por la democracia em América Latina* (1985), o autor não vacila em afirmar que uma democracia plena na América Latina só é possível, se pontuar como eixo central dois aspectos: a luta pela soberania e a justiça social. De acordo com Marini (1985), qualquer regime do continente que se evoque democrático deve tratar como fundamental a soberania, pautando-se na autodeterminação. Para o autor, autodeterminar-se significa fixar metas de liberdade, atendendo primariamente as exigências populares. Para tanto, despertar a consciência da condição de dependência nacional diante do sistema é fundamental. A justiça social, por sua vez, seria a superação das condições de miséria, a atenção às necessidades mais urgentes, a construção de uma sociedade que seja rumada pelo interesse da maioria, importando pouco as qualificações que isso assuma e os prazos que se estabeleçam para a sua concretização. Completando o raciocínio, é importante resgatar também o pensamento de Álvaro Vieira Pinto (2008). Segundo o autor, o desenvolvimento é representado pelas características de um povo em determinado momento histórico, e não pode desconsiderar inúmeras realizações que, por não serem quantificáveis, por não figurarem nas estatísticas, representam menos a evolução de um povo. Vieira Pinto (2008) pondera que o

real desenvolvimento, como fenômeno social global, não raras vezes é ocultado nos índices artificialmente concebidos.

Partindo-se destas considerações, a afirmação da soberania nacional e a possibilidade de auto-determinação contida na democracia participativa de um governo nacional-popular como o venezuelano são incomensuráveis. Álvaro Vieira Pinto (2008) afirma ainda que, países economicamente fracos podem tornar-se fortes, praticando um gesto político soberano. Por isso a determinação política constitui, para o autor, o mais precioso recurso da nação aparentemente independente, quando, por uma decisão do governo, com a aprovação da maioria da população, resolve tornar-se livre, pleiteando negociar de maneira igual com outras nações. Foi isso que Chávez fez na Venezuela. Como resultado do novo regime, a população venezuelana tem consciência de sua posição dependente na seara mundial. Este é o primeiro passo para a transformação da realidade atual. Do mesmo modo, a nova Carta serviu para descolar o novo regime de governo da democracia mutilada dos anos anteriores, que em sua vertente representativa já demonstrou suas debilidades.

A própria oposição atual ao governo Chávez é diferente. Os descontentes golpistas de anos atrás foram marginalizados na luta política. A própria crise econômica internacional que vigora serve para sepultar definitivamente a oposição anterior, intimamente ligada ao período de abertura petroleira. Surgem agora questionamentos maiores, que vão além da perda simples de privilégios. Ao invés de se discutir as vantagens perdidas, a oposição a Chávez qualifica-se cada vez mais e também debate as grandes questões nacionais. Discutem-se estruturalmente os rumos da nova época que se desenha no país. Muitas das contestações atuais partem de apoiadores críticos do governo, que discordam pontualmente de medidas adotadas pelo mandatário venezuelano no árduo percurso de transformar a sociedade atual. Como afirmou o embaixador venezuelano Jesús Arnaldo Pérez (2004), somente as sociedades sujeitas a regimes autoritários não vêem seus conflitos aflorar e invadir o debate público e a vida política. Para além dos resultados econômicos – que, como visto, são exitosos – o grande legado destes primeiros dez anos da Revolução Bolivariana parece ser o despertar político da nação, que repousava na inércia da descrença em mudanças pelas vias políticas tradicionais.

7 REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. **ABC económico**. Caracas, 2008. Disponível em: <www.bcv.org.ve> Acesso em: 02 nov 2006.

_____. **Información estadística**. Caracas, 2008. Disponível em: <www.bcv.org.ve> Acesso em: 01 mai 2008.

BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. Tradução de S. Ferreira da Cunha. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**. Tradução de Waltensir Dutra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FRÍAS, Hugo Rafael Chávez. Acerca da grandíssima importância de um partido. **Diplomacia estratégia política**. Vol 1, n.1, abr-jun 2007

FURTADO, Celso. **Os ares do mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 45ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 15 outubro 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANDER, Luis E. *Petróleo e democracia na Venezuela: do fortalecimento do Estado à subversão soterrada e à insurreição aberta*. In OURIQUES, Nildo (Org.) **Raízes no libertador: bolivarianismo e poder popular na Venezuela**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução venezuelana**. São Paulo: editora Unesp, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. *La lucha por la Democracia en América Latina*. **Cuadernos Políticos**. N. 44, Ciudad de México: Ediciones Era, 1985.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. Tradução de Pedro Scaron. Siglo Veintiuno editores, 1991.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Vol. 3, Livro III, Tomo III (parte segunda) 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MOYSÉS, Raquel. *Nos rastros de Don Simón*. In OURIQUES, Nildo (Org) **Raíces no libertador**: bolivarianismo e poder popular na Venezuela. . 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

MOMMER, Bernard. **Petróleo global y estado nacional**. Caracas: comala.com, 2003.

FEIJÓ, José Carlos Valenzuela. *Venezuela: algunas lições do golpe de Estado e do contragolpe*. In OURIQUES, Nildo (Org) **Raíces no libertador**: bolivarianismo e poder popular na Venezuela. . 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

PÉREZ, Jesús Arnaldo. Os venezuelanos e sua democracia. **Diplomacia estratégia política**. Vol 1, n.1. out-dez 2004.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

REVISTA DE TEORIA E POLÍTICA INTERNACIONAL. **Imperialismo, nacionalismo e revolução na Venezuela**. n. 10, Rio de Janeiro: 2004

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril cultural, 1982.

SEVERO, Luciano Wexell. **A nova Venezuela**. Disponível em:
<<http://www.voltairenet.org/article123226.html>>. Acesso em: 23 mai 2009.

SILVA, Ludovico. **Anti-Manual para uso de marxistas, marxólogos e marxianos**. Caracas: Génesis C. A., 1979.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril cultural, 1983.

STEINLEGER, José. Chávez: diez jonrones y médio. **La Jornada**. Disponível em: <
<http://www.jornada.unam.mx/2008/11/19/index.php?section=opinion&article=025a2pol>>
Acesso em: 19 nov 2008.

8 APÊNDICE

8.1 Revisão de conceitos

- Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores da economia acrescida dos impostos, líquida de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. (IBGE, 2008)

- Endividamento público externo

A dívida pública externa refere-se é a somatória dos débitos de um país, resultantes de empréstimos e financiamentos contraídos no exterior pelo próprio governo, por empresas estatais ou privadas. Os empréstimos e financiamentos podem ser provenientes de outros governos, entidades financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial, Clube de Paris, etc.), bancos ou empresas privadas.

- Reservas internacionais

As reservas internacionais são os depósitos em moeda estrangeira pertencentes aos bancos centrais e autoridades monetárias. Elas são utilizadas no cumprimento dos seus compromissos financeiros, como a emissão de moeda, e para garantir as diversas reservas bancárias mantidas num banco central por governos ou instituições financeiras.

- Volume de produção manufatureira interna

Este índice mede a produção interna de bens em série padronizada, por meio de máquinas, ferramentas e trabalho.

- Salário real

É o nível do salário em relação a seu próprio poder de compra em determinado momento. Quando o índice geral de preços é mais elevado que os aumentos salariais, ocorre uma queda do salário real na mesma proporção.

- Desemprego

O conceito de desemprego não é tratado de maneira consensual por todos os países. Este estudo limitar-se-á a considerá-lo a partir dos critérios venezuelanos. Na Venezuela, é denominado desempregado o indivíduo com idade igual ou superior a 15 anos que não trabalha, e que tenha condições e disposição de fazê-lo. (*Banco Central de Venezuela* 2008)

- Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A importância deste indicador é que ele destaca apenas a parcela produtiva do investimento, o que possibilita ver o quanto realmente a capacidade produtiva do país está sendo incrementada. A formação bruta de capital fixo representa o fluxo líquido de ativos fixos, novos ou usados, tangíveis e intangíveis, que se encontram disponíveis em uma economia para levar a cabo um processo produtivo e entre todos os setores institucionais. (*Banco Central de Venezuela* 2008).

9 ANEXOS

- Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Produto interno bruto A preços constantes de 1997 Milhares de Bolívares			
	Total	Setores		Impostos líquidos sobre os produtos
		Público	Privado	
2009 (*)				
I Trim	13.299.213	3.923.923	7.926.574	1.448.716
2008 (*)	58.332.493	17.016.328	34.627.915	6.688.250
IV Trim	15.912.796	4.678.699	9.293.190	1.940.907
III Trim	14.808.138	4.289.648	8.799.255	1.719.235
II Trim	14.352.533	4.107.251	8.669.354	1.575.928
I Trim	13.259.026	3.940.730	7.866.116	1.452.180
2007 (*)	55.650.086	14.613.242	34.639.268	6.397.576
IV Trim	15.419.196	4.194.612	9.349.457	1.875.127
III Trim	14.223.107	3.840.593	8.718.527	1.663.987
II Trim	13.379.114	3.346.922	8.550.264	1.481.928
I Trim	12.628.669	3.231.115	8.021.020	1.376.534
2006 (*)	51.337.579	13.573.469	32.293.446	5.470.664
IV Trim	14.207.839	3.679.774	8.922.941	1.605.124
III Trim	13.090.996	3.397.306	8.281.008	1.412.682
II Trim	12.431.661	3.329.694	7.809.597	1.292.370
I Trim	11.607.083	3.166.695	7.279.900	1.160.488
2005	46.523.649	13.106.261	28.850.229	4.567.159
IV Trim	12.749.288	3.572.413	7.902.438	1.274.437
III Trim	11.884.526	3.305.054	7.396.531	1.182.941
II Trim	11.366.013	3.169.856	7.096.045	1.100.112
I Trim	10.523.822	3.058.938	6.455.215	1.009.669
2004	42.172.343	12.747.116	25.547.775	3.877.452
IV Trim	11.480.214	3.560.438	6.802.196	1.117.580
III Trim	10.861.974	3.218.928	6.585.275	1.057.771
II Trim	10.150.929	3.072.459	6.201.815	876.655
I Trim	9.679.226	2.895.291	5.958.489	825.446
2003	35.652.678	11.329.250	21.792.825	2.530.603
IV Trim	10.168.681	3.241.238	6.101.556	825.887
III Trim	9.391.604	2.953.952	5.672.488	765.164
II Trim	8.978.485	2.892.355	5.388.987	697.143
I Trim	7.113.908	2.241.705	4.629.794	242.409
2002	38.650.110	11.474.127	23.910.994	3.264.989
IV Trim	9.411.719	2.863.351	5.826.040	722.328
III Trim	10.039.682	3.026.558	6.170.780	842.344
II Trim	9.499.804	2.683.897	5.988.282	827.625
I Trim	9.698.905	2.900.321	5.925.892	872.692
2001	42.405.381	12.907.820	25.396.042	4.101.519
IV Trim	11.175.913	3.581.097	6.517.440	1.077.376
III Trim	10.673.953	3.194.920	6.413.320	1.065.713
II Trim	10.407.962	3.098.778	6.288.839	1.020.345
I Trim	10.147.553	3.033.025	6.176.443	938.085
2000	41.013.293	12.983.067	24.214.180	3.816.046
IV Trim	10.942.218	3.536.713	6.380.823	1.024.682
III Trim	10.103.864	3.176.346	5.973.649	953.869
II Trim	10.032.948	3.127.677	5.949.994	955.277
I Trim	9.934.263	3.142.331	5.909.714	882.218
1999	39.554.925	12.605.450	23.234.632	3.714.843
IV Trim	10.378.456	3.391.337	6.007.789	979.330
III Trim	9.876.268	3.103.134	5.798.931	974.203
II Trim	9.681.438	3.038.385	5.730.335	912.718
I Trim	9.618.763	3.072.594	5.697.577	848.592

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto interno bruto
Por classe de atividade econômica
A preços constantes de 1999

Atividades	2008 (*)							
	Año	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	58.332.493	30.720.934	15.912.796	42.419.697	14.808.138	27.611.559	14.352.533	13.259.026
Atividade petroleira	7.017.983	3.531.843	1.746.842	5.271.141	1.785.001	3.486.140	1.732.303	1.753.837
Atividade não-petroleira	44.626.260	23.528.949	12.225.047	32.401.213	11.303.902	21.097.311	11.044.302	10.053.009
Minérios	334.153	175.262	85.177	248.976	90.085	158.891	85.431	73.460
Manufatura	9.318.142	4.805.219	2.400.220	6.917.922	2.404.999	4.512.923	2.385.882	2.127.041
Eletricidade e água	1.286.086	681.454	322.531	963.555	358.923	604.632	315.928	288.704
Construção	3.975.221	2.149.042	1.121.427	2.853.794	1.027.615	1.826.179	1.042.942	783.237
Comércio e serviços de reparação	6.401.822	3.527.052	1.870.653	4.531.169	1.656.399	2.874.770	1.497.297	1.377.473
Transporte e armazenamento	2.121.097	1.157.795	594.125	1.526.972	563.670	963.302	507.105	456.197
Comunicações	2.801.077	1.335.039	691.895	2.109.182	643.144	1.466.038	762.234	703.804
Instituições financeiras e seguros	2.594.214	1.332.833	681.241	1.912.973	651.592	1.261.381	619.284	642.097
Serviços imobiliários, empresariais e de aluguel	5.503.176	2.767.026	1.374.378	4.128.798	1.392.648	2.736.150	1.377.641	1.358.509
Serv. comunitarios, soc. e perssoais								
produt. de serv. priv. não lucrativos	3.181.692	1.751.524	902.516	2.279.176	849.008	1.430.168	737.889	692.279
Produt. servicios do Governo Geral	6.461.832	3.558.576	1.989.476	4.472.356	1.569.100	2.903.256	1.509.710	1.393.546
Resto 1/	3.392.894	1.685.933	900.158	2.492.736	785.775	1.706.961	850.862	856.099
Menos: Sifmi 2/	2.745.146	1.397.806	708.750	2.036.396	689.056	1.347.340	647.903	699.437
Impostos líquidos sobre os produtos	6.688.250	3.660.142	1.940.907	4.747.343	1.719.235	3.028.108	1.575.928	1.452.180

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto Interno Bruto
Por classe de atividade econômica
A preços constantes de 1997
(milhares de bolívares)

Atividades	2007 (*)							
	Ano	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	55.650.086	29.642.303	15.419.196	40.230.890	14.223.107	26.007.783	13.379.114	12.628.669
Atividade petroléira	6.802.074	3.428.952	1.745.218	5.056.856	1.683.734	3.373.122	1.676.808	1.696.314
Atividade não-petroléira	42.450.436	22.674.237	11.798.851	30.651.585	10.875.386	19.776.199	10.220.378	9.555.821
Mineração	354.126	196.593	105.096	249.030	91.497	157.533	82.916	74.617
Manufatura	9.192.641	4.810.779	2.403.699	6.788.942	2.407.080	4.381.862	2.282.899	2.098.963
Eletricidade e água	1.230.448	645.061	309.530	920.918	335.531	585.387	303.137	282.250
Construção	3.815.286	2.115.666	1.131.255	2.684.031	984.411	1.699.620	931.775	767.845
Comercio e serviços de reparação	6.115.054	3.429.426	1.808.467	4.306.587	1.620.959	2.685.628	1.379.194	1.306.434
Transporte e armazenamento	2.040.118	1.136.192	578.409	1.461.709	557.783	903.926	472.963	430.963
Comunicações	2.373.382	1.180.911	613.655	1.759.727	567.256	1.192.471	599.025	593.446
Instituições financeiras e seguros	2.637.765	1.332.631	668.364	1.969.401	664.267	1.305.134	656.404	648.730
Serviços imobiliários, empresariais e de aluguel	5.369.644	2.724.730	1.356.869	4.012.775	1.367.861	2.644.914	1.328.356	1.316.558
Serv. comunitarios, soc. e personales e produc. de serv. priv. não lucrativos	2.914.653	1.613.135	836.516	2.078.137	776.619	1.301.518	671.395	630.123
Produc. serviços do Governo Geral	6.145.855	3.375.931	1.862.733	4.283.122	1.513.198	2.769.924	1.441.792	1.328.132
Resto 1/	3.213.868	1.591.313	851.951	2.361.917	739.362	1.622.555	806.484	816.071
Menos: Sifmi 2/	2.952.404	1.478.131	727.693	2.224.711	750.438	1.474.273	735.962	738.311
Impostos líquidos sobre os produtos	6.397.576	3.539.114	1.875.127	4.522.449	1.663.987	2.858.462	1.481.928	1.376.534

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto Interno Bruto
Por classe econômica
A preços constantes de 1997
(milhares de Bolívares)

Atividades	2006 (*)							
	Ano	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	51.337.579	27.298.835	14.207.839	37.129.740	13.090.996	24.038.744	12.431.661	11.607.083
Atividade petroléira	7.103.400	3.519.436	1.758.227	5.345.173	1.761.209	3.583.964	1.789.604	1.794.360
Atividade não-petroléira	38.763.515	20.761.593	10.844.488	27.919.027	9.917.105	18.001.922	9.349.687	8.652.235
Mineração	347.092	185.815	95.179	251.913	90.636	161.277	82.199	79.078
Manufatura	8.574.271	4.490.176	2.253.406	6.320.865	2.236.770	4.084.095	2.118.348	1.965.747
Eletricidade e água	1.201.852	630.716	309.273	892.579	321.443	571.136	295.650	275.486
Construção	3.367.840	1.938.066	1.000.928	2.366.913	937.138	1.429.775	824.946	604.829
Comércio e serviços de reparação	5.231.682	2.939.662	1.575.599	3.656.083	1.364.063	2.292.020	1.210.953	1.081.067
Transporte e armazenamento	1.796.778	1.000.569	524.064	1.272.714	476.505	796.209	425.818	370.391
Comunicações	1.977.488	997.939	515.964	1.461.524	481.975	979.549	473.443	506.106
Instituições financeiras e seguros	2.254.931	1.206.621	643.542	1.611.389	563.079	1.048.310	544.473	503.837
Serviços imobiliários, empresariais y de aluguel	5.037.711	2.547.164	1.281.361	3.756.350	1.265.803	2.490.547	1.256.088	1.234.459
Serv. comunitários, soc. e pessoais e produc. de serv. priv. não lucrativos	2.628.333	1.483.306	788.096	1.840.237	695.210	1.145.027	598.729	546.298
Produc. serviços do Governo Geral	5.851.294	3.205.213	1.766.208	4.085.086	1.439.005	2.646.081	1.373.798	1.272.283
Resto 1/	3.057.339	1.493.496	799.665	2.257.674	693.831	1.563.843	770.675	793.168
Menos: Sifmi 2/	2.563.096	1.357.150	708.797	1.854.300	648.353	1.205.947	625.433	580.514
Impostos líquidos sobre os produtos	5.470.664	3.017.806	1.605.124	3.865.540	1.412.682	2.452.858	1.292.370	1.160.488

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto interno bruto
Por classe econômica
A preços constantes de 1997
(milhares de bolívares)

Atividades	2005 *							
	Ano	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	46.523.649	24.633.814	12.749.288	33.774.361	11.884.526	21.889.835	11.366.013	10.523.822
Atividade petroléira	7.251.743	3.662.866	1.830.703	5.421.040	1.832.163	3.588.877	1.785.353	1.803.524
Atividade não petroléira	34.704.747	18.513.570	9.644.148	25.060.599	8.869.422	16.191.177	8.480.548	7.710.629
Mineração	332.025	175.229	91.791	240.234	83.438	156.796	78.842	77.954
Manufatura	7.813.748	4.123.412	2.069.472	5.744.276	2.053.940	3.690.336	1.976.836	1.713.500
Eletricidade e água	1.136.354	585.805	285.556	850.798	300.249	550.549	285.871	264.678
Construção	2.482.991	1.376.924	727.632	1.755.359	649.292	1.106.067	634.298	471.769
Comercio y serviços de reparação	4.391.209	2.442.737	1.288.232	3.102.977	1.154.505	1.948.472	1.025.860	922.612
Transporte e armazenamento	1.633.907	916.836	481.454	1.152.453	435.382	717.071	386.408	330.663
Comunicações	1.604.959	821.705	425.027	1.179.932	396.678	783.254	390.425	392.829
Instituições financeiras e seguros	1.566.697	863.854	467.808	1.098.889	396.046	702.843	362.471	340.372
Serviços imobiliários, empresariais e de aluguel	4.653.454	2.363.827	1.183.332	3.470.122	1.180.495	2.289.627	1.158.676	1.130.951
Serv. comunitarios, soc. e pessoais e produc. de serv. priv. não lucrativos	2.256.271	1.250.854	663.410	1.592.861	587.444	1.005.417	528.918	476.499
Produc. servicios do Governo Geral	5.628.967	3.107.206	1.710.853	3.918.114	1.396.353	2.521.761	1.312.458	1.209.303
Resto 1/	3.000.394	1.462.987	775.670	2.224.724	687.317	1.537.407	754.772	782.635
Menos: Sifmi 2/	1.796.229	977.806	526.089	1.270.140	451.717	818.423	415.287	403.136
Impostos sobre os produtos	4.567.159	2.457.378	1.274.437	3.292.722	1.182.941	2.109.781	1.100.112	1.009.669

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto interno bruto
Por atividade econômica
A preços constantes de 1997
(Milhares de Bolívares)

Atividades	2004							
	Ano	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	42.172.343	22.342.189	11.480.214	30.692.130	10.861.974	19.830.155	10.150.929	9.679.226
Atividade petroléira	7.360.757	3.762.490	1.900.250	5.460.507	1.862.240	3.598.267	1.808.824	1.789.443
Atividade não petroléira	30.934.134	16.404.348	8.462.384	22.471.751	7.941.963	14.529.787	7.465.450	7.064.337
Mineração	322.227	172.979	90.368	231.859	82.611	149.248	72.828	76.420
Manufatura	7.033.466	3.638.755	1.810.106	5.223.360	1.828.649	3.394.711	1.736.205	1.658.506
Electricidade e água	1.021.500	533.191	261.951	759.549	271.240	488.309	249.573	238.736
Construção	2.069.021	1.135.279	569.238	1.499.783	566.041	933.742	512.863	420.879
Comercio e serviços de reparação	3.629.818	2.023.761	1.050.157	2.579.661	973.604	1.606.057	833.264	772.793
Transporte e armazenamento	1.424.859	778.158	398.126	1.026.733	380.032	646.701	338.669	308.032
Comunicações	1.311.744	658.574	325.496	986.248	333.078	653.170	323.477	329.693
Instituições financeiras e seguros	1.149.005	622.242	332.151	816.854	290.091	526.763	275.388	251.375
Serviços imobiliários, empresariais e de aluguel	4.314.106	2.181.712	1.085.685	3.228.422	1.096.027	2.132.395	1.070.776	1.061.619
Serv. comunitários, soc. e pessoais e produc. de serv. priv. não lucrativos	2.085.260	1.146.361	606.448	1.478.812	539.913	938.899	486.030	452.869
Produc. servicios do governo geral	5.211.603	2.905.525	1.616.561	3.595.042	1.288.964	2.306.078	1.213.055	1.093.023
Resto 1/	2.664.478	1.306.271	689.207	1.975.271	617.064	1.358.207	665.906	692.301
Menos: Sifmi 2/	1.302.953	698.460	373.110	929.843	325.350	604.493	312.584	291.909
Impostos líquidos sobre os produtos	3.877.452	2.175.351	1.117.580	2.759.872	1.057.771	1.702.101	876.655	825.446

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto Interno Bruto
Por classe de atividade econômica
A preços constantes de 1997
(milhares de Bolívares)

Atividades	2003							
	Ano	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	35.652.678	19.560.285	10.168.681	25.483.997	9.391.604	16.092.393	8.978.485	7.113.908
Atividade petroléira	6.472.229	3.653.360	1.861.470	4.610.759	1.791.890	2.818.869	1.747.136	1.071.733
Atividade não petroléira	26.649.846	14.315.874	7.481.324	19.168.522	6.834.550	12.333.972	6.534.206	5.799.766
Mineração	282.088	165.801	85.593	196.495	80.208	116.287	67.352	48.935
Manufatura	5.791.679	3.277.921	1.677.566	4.114.113	1.600.355	2.513.758	1.428.931	1.084.827
Eletricidade e água	941.050	493.744	251.410	689.640	242.334	447.306	228.896	218.410
Construção	1.654.133	915.053	497.794	1.156.339	417.259	739.080	423.556	315.524
Comercio e servicios de reparação	2.821.962	1.562.271	804.364	2.017.598	757.907	1.259.691	670.904	588.787
Transporte e armazenamento	1.143.341	640.673	337.418	805.923	303.255	502.668	271.724	230.944
Comunicações	1.161.760	572.190	286.592	875.168	285.598	589.570	295.119	294.451
Instituições financeiras e seguros	833.043	454.250	238.218	594.825	216.032	378.793	198.712	180.081
Serviços imobiliários, empresariais e de aluguel	3.881.400	1.993.874	996.294	2.885.106	997.580	1.887.526	978.073	909.453
Serv. comunitarios, soc. e pessoais e produc. de serv. priv. não lucrativos	1.906.046	1.017.752	548.676	1.357.370	469.076	888.294	462.761	425.533
Produc. serviços do Governo Geral	4.692.582	2.571.424	1.413.628	3.278.954	1.157.796	2.121.158	1.115.188	1.005.970
Resto 1/	2.484.631	1.154.286	599.777	1.884.854	554.509	1.330.345	622.222	708.123
Menos: Sifmi 2/	943.869	503.365	256.006	687.863	247.359	440.504	229.232	211.272
Impostos líquidos sobre produtos	2.530.603	1.591.051	825.887	1.704.716	765.164	939.552	697.143	242.409

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto interno Bruto
Por classe econômica
A preços constantes de 1997
(milhares de Bolívares)

Atividades	2002							
	Ano	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	38.650.110	19.451.401	9.411.719	29.238.391	10.039.682	19.198.709	9.499.804	9.698.905
Atividade petroléira	6.595.672	3.310.922	1.439.892	5.155.780	1.871.030	3.284.750	1.513.142	1.771.608
Atividade não petroléira	28.789.449	14.575.807	7.249.499	21.539.950	7.326.308	14.213.642	7.159.037	7.054.605
Mineração	295.157	153.559	74.996	220.161	78.563	141.598	70.212	71.386
Manufatura	6.214.871	3.063.247	1.383.989	4.830.882	1.679.258	3.151.624	1.594.156	1.557.468
Eletricidade e água	945.898	470.812	227.696	718.202	243.116	475.086	231.526	243.560
Construção	2.733.207	1.463.196	769.867	1.963.340	693.329	1.270.011	656.131	613.880
Comercio e serviços de reparação	3.121.049	1.516.175	708.049	2.413.000	808.126	1.604.874	800.127	804.747
Transporte e armazenamento	1.242.494	613.461	293.519	948.975	319.942	629.033	313.831	315.202
Comunicações	1.222.948	618.565	305.939	917.009	312.626	604.383	309.465	294.918
Instituições financeiras e seguros	744.219	375.261	192.484	551.735	182.777	368.958	174.103	194.855
Serviços imobiliários, empresariais e de aluguel	4.131.298	2.090.497	1.026.442	3.104.856	1.064.055	2.040.801	1.025.515	1.015.286
Serv. comunitarios, soc. e personales e produc. de serv. priv. não lucrativos	1.911.342	918.763	451.458	1.459.884	467.305	992.579	496.599	495.980
Produc. servicios del Gobierno Geral	4.471.790	2.460.902	1.377.282	3.094.508	1.083.620	2.010.888	1.049.774	961.114
Resto 1/	2.558.336	1.234.549	643.682	1.914.654	590.867	1.323.787	628.779	695.008
Menos: Sifmi 2/	803.160	403.180	205.904	597.256	197.276	399.980	191.181	208.799
Impostos líquidos sobre os produtos	3.264.989	1.564.672	722.328	2.542.661	842.344	1.700.317	827.625	872.692

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto interno bruto
Por classe econômica
A preços de 1997
(milhares de Bolívares)

Atividades	2001							
	Ano	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	42.405.381	21.849.866	11.175.913	31.229.468	10.673.953	20.555.515	10.407.962	10.147.553
Atividade petroléira	7.688.643	3.878.199	1.942.160	5.746.483	1.936.039	3.810.444	1.888.379	1.922.065
Atividade não petroléira	30.615.219	15.828.578	8.156.377	22.458.842	7.672.201	14.786.641	7.499.238	7.287.403
Mineração	283.067	147.473	73.113	209.954	74.360	135.594	67.404	68.190
Manufatura	7.153.405	3.680.462	1.821.179	5.332.226	1.859.283	3.472.943	1.796.302	1.676.641
Eletricidade e água	926.273	476.274	238.230	688.043	238.044	449.999	228.070	221.929
Construção	2.983.312	1.559.876	800.922	2.182.390	758.954	1.423.436	743.263	680.173
Comercio e serviços de reparação	3.610.441	1.863.930	934.630	2.675.811	929.300	1.746.511	898.414	848.097
Transporte e armazenamento	1.387.001	703.327	345.623	1.041.378	357.704	683.674	347.256	336.418
Comunicações	1.193.058	599.963	321.544	871.514	278.419	593.095	293.616	299.479
Instituições financeiras e seguros	870.071	435.103	222.312	647.759	212.791	434.968	221.277	213.691
Serviços imobiliários, empresariais e de aluguel	4.159.778	2.136.625	1.083.928	3.075.850	1.052.697	2.023.153	1.026.070	997.083
Serv. comunitários, soc. e pessoais e prod. de serv. priv. não lucrativos	1.908.976	988.888	481.312	1.427.664	507.576	920.088	484.945	435.143
Produc. serviços do Governo Geral	4.489.841	2.541.939	1.471.324	3.018.517	1.070.615	1.947.902	1.023.674	924.228
Resto 1/	2.584.658	1.155.157	597.657	1.987.001	557.500	1.429.501	607.068	822.433
Menos: Sifmi 2/	934.662	460.439	235.397	699.265	225.042	474.223	238.121	236.102
Impostos líquidos sobre os produtos	4.101.519	2.143.089	1.077.376	3.024.143	1.065.713	1.958.430	1.020.345	938.085

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto interno bruto
Por classe de atividade econômica
A preços constantes de 1997
(milhares de Bolívares)

Atividades	2000							
	Ano	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	41.013.293	21.046.082	10.942.218	30.071.075	10.103.864	19.967.211	10.032.948	9.934.263
Atividade petroléira	7.757.605	3.935.744	2.015.812	5.741.793	1.919.932	3.821.861	1.943.502	1.878.359
Atividade não petroléira	29.439.642	15.131.787	7.901.724	21.537.918	7.230.063	14.307.855	7.134.169	7.173.686
Mineração	275.375	134.573	64.360	211.015	70.213	140.802	70.125	70.677
Manufatura	6.899.219	3.530.443	1.768.807	5.130.412	1.761.636	3.368.776	1.717.075	1.651.701
Electricidade e água	883.527	462.892	235.465	648.062	227.427	420.635	216.677	203.958
Construção	2.628.690	1.443.587	807.503	1.821.187	636.084	1.185.103	625.251	559.852
Comercio e serviços de reparação	3.452.892	1.747.092	898.168	2.554.724	848.924	1.705.800	864.995	840.805
Transporte e armazenamento	1.405.636	712.843	362.024	1.043.612	350.819	692.793	352.050	340.743
Comunicações	1.103.662	574.075	299.292	804.370	274.783	529.587	269.985	259.602
Instituições financeiras e seguros	846.399	430.240	225.153	621.246	205.087	416.159	208.348	207.811
Serviços imobiliários, empresariais e de aluguel	4.019.090	2.032.247	1.032.620	2.986.470	999.627	1.986.843	996.959	989.884
Serv. comunitários, soc. e pessoais e prodúc. de serv. priv. não lucrativos	1.870.078	973.210	493.368	1.376.710	479.842	896.868	468.664	428.204
Produc. servicios del Gobierno Geral	4.380.392	2.357.210	1.318.738	3.061.654	1.038.472	2.023.182	968.585	1.054.597
Resto 1/	2.537.799	1.171.699	623.713	1.914.086	547.986	1.366.100	583.951	782.149
Menos: Sifmi 2/	863.117	438.324	227.487	635.630	210.837	424.793	208.496	216.297
Impostos líquidos sobre os produtos	3.816.046	1.978.551	1.024.682	2.791.364	953.869	1.837.495	955.277	882.218

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

Produto interno bruto
Por classe de atividade econômica
A preços constantes de 1997
(milhares de Bolívares)

Atividades	1999							
	Ano	2do.sem.	IV Trim	Ene./Sept.	III Trim	Ier.sem.	II Trim	I Trim
Consolidado	39.554.925	20.254.724	10.378.456	29.176.469	9.876.268	19.300.201	9.681.438	9.618.763
Atividade petroleira	7.586.306	3.742.314	1.906.534	5.679.772	1.835.780	3.843.992	1.946.353	1.897.639
Atividade não petroleira	28.253.776	14.558.877	7.492.592	20.761.184	7.066.285	13.694.899	6.822.367	6.872.532
Mineração	238.904	127.783	71.455	167.449	56.328	111.121	55.903	55.218
Manufatura	6.566.696	3.413.703	1.712.405	4.854.291	1.701.298	3.152.993	1.607.521	1.545.472
Electricidade e água	843.840	429.429	212.636	631.204	216.793	414.411	211.674	202.737
Construção	2.527.735	1.311.061	711.890	1.815.845	599.171	1.216.674	683.345	533.329
Comercio y servicios de reparación	3.268.133	1.725.504	887.853	2.380.280	837.651	1.542.629	782.780	759.849
Transporte e armazenamento	1.249.750	643.979	322.056	927.694	321.923	605.771	302.716	303.055
Comunicações	1.081.244	535.026	266.721	814.523	268.305	546.218	278.191	268.027
Instituições financeiras e seguros	852.714	422.590	211.432	641.282	211.158	430.124	212.135	217.989
Serviços imobiliários, empresariais e de aluguel	3.989.138	2.020.915	1.018.055	2.971.083	1.002.860	1.968.223	980.908	987.315
Serv. comunitarios, soc. e pessoais e prod. de serv. priv. não lucrativos	1.853.323	914.677	440.811	1.412.512	473.866	938.646	462.312	476.334
Produc. servicios do Governo Geral	4.261.394	2.352.401	1.287.556	2.973.838	1.064.845	1.908.993	905.569	1.003.424
Resto 1/	2.413.343	1.095.568	570.943	1.842.400	524.625	1.317.775	557.950	759.825
Menos: Sifmi 2/	892.438	433.759	221.221	671.217	212.538	458.679	218.637	240.042
Impostos líquidos sobre os produtos	3.714.843	1.953.533	979.330	2.735.513	974.203	1.761.310	912.718	848.592

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

- Reservas Internacionais e Dívida Pública Externa

**RESERVAS INTERNACIONAIS E SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA
(Milhões de US\$)**

PERÍODO	RESERVAS INTERNACIONAIS			DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA
	BCV	FIEM / FEM	TOTAL	
2009	28.703	829	29.532	8
Abril	28.703	829	29.532	0
Março	28.163	829	28.992	2
Fevereiro	28.967	828	29.795	0
Janeiro	29.494	828	30.322	6
2008	42.299	828	43.127	26
Dezembro	42.299	828	43.127	6
Novembro	38.390	828	39.218	0
Outubro	39.392	828	40.220	0
Setembro	38.380	826	39.206	0
Agosto	36.939	824	37.763	0
Julho	34.598	823	35.421	7
Junho	33.514	821	34.335	5
Maió	30.629	819	31.448	0
Abril	30.313	818	31.131	0
Março	31.130	816	31.946	0
Fevereiro	32.378	814	33.192	2
Janeiro	33.057	812	33.869	6
2007	33.477	809	34.286	201
Dezembro	33.477	809	34.286	0
Novembro	31.448	806	32.254	13
Outubro	30.167	803	30.970	0
Setembro	29.154	800	29.954	0
Agosto	27.105	796	27.901	5
Julho	25.552	793	26.345	4
Junho	24.424	789	25.213	0
Maió	24.456	786	25.242	5
Abril	26.393	782	27.175	7
Março	31.520	779	32.299	8
Fevereiro	32.569	775	33.344	2
Janeiro	35.620	772	36.392	157
2006	36.672	768	37.440	2.909
Dezembro	36.672	768	37.440	253
Novembro	35.440	765	36.205	128
Outubro	33.922	762	34.684	281
Setembro	34.330	758	35.088	346
Agosto	34.929	755	35.684	2
Julho	32.729	752	33.481	2
Junho	31.169	748	31.917	407
Maió	29.727	745	30.472	237
Abril	30.487	742	31.229	398
Março	31.358	739	32.097	589
Fevereiro	28.891	736	29.627	192
Janeiro	27.995	734	28.729	74
2005	29.636	732	30.368	2.952
Dezembro	29.636	732	30.368	101
Novembro	28.886	729	29.615	131
Outubro	29.799	727	30.526	333
Setembro	29.942	725	30.667	354
Agosto	31.388	723	32.111	135
Julho	29.699	721	30.420	152
Junho	28.071	719	28.790	214
Maió	27.293	717	28.010	206
Abril	26.626	715	27.341	256
Março	24.932	714	25.646	656
Fevereiro	24.061	712	24.773	212
Janeiro	23.822	711	24.533	202
2004	23.498	710	24.208	4.475
Dezembro	23.498	710	24.208	502
Novembro	23.198	709	23.907	135
Outubro	21.973	707	22.680	242
Setembro	21.135	706	21.841	587
Agosto	20.749	706	21.455	251
Julho	23.306	705	24.011	224
Junho	22.522	704	23.226	950
Maió	23.453	703	24.156	244
Abril	23.591	703	24.294	222
Março	22.560	702	23.262	699
Fevereiro	21.929	702	22.631	287
Janeiro	21.623	701	22.324	132

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

RESERVAS INTERNACIONAIS E SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA
(Milhões de US\$)

PERÍODO	RESERVAS INTERNACIONAIS			DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA
	BCV	FIEM / FEM	TOTAL	
2003	20.666	700	21.366	2.936
Dezembro	20.666	700	21.366	25
Novembro	20.632	700	21.332	7
Outubro	19.718	700	20.418	124
Setembro	18.485	699	19.184	346
Agosto	17.038	699	17.737	193
Julho	17.889	1.028	18.917	268
Junho	16.932	1.027	17.959	618
Maio	15.732	1.026	16.758	221
Abril	14.245	1.407	15.652	299
Março	13.736	1.406	15.142	544
Fevereiro	12.267	1.984	14.251	154
Janeiro	11.310	2.588	13.898	137
2002	12.003	2.857	14.860	3.991
Dezembro	12.003	2.857	14.860	822
Novembro	12.489	3.353	15.842	203
Outubro	12.181	3.349	15.530	209
Setembro	11.482	3.344	14.826	554
Agosto	11.303	3.704	15.007	204
Julho	11.555	3.698	15.253	208
Junho	11.015	4.127	15.142	577
Maio	10.046	5.305	15.351	115
Abril	10.042	5.297	15.339	241
Março	9.442	5.587	15.029	575
Fevereiro	9.823	5.645	15.468	190
Janeiro	10.687	6.235	16.922	93
2001	12.296	6.227	18.523	3.251
Dezembro	12.296	6.227	18.523	373
Novembro	12.472	7.111	19.583	148
Outubro	12.458	7.096	19.554	283
Setembro	12.009	7.081	19.090	480
Agosto	12.443	6.861	19.304	170
Julho	13.529	6.587	20.116	147
Junho	13.425	6.567	19.992	441
Maio	13.800	6.331	20.131	108
Abril	14.298	6.060	20.358	216
Março	14.865	6.036	20.901	576
Fevereiro	15.755	4.932	20.687	216
Janeiro	16.718	4.613	21.331	93
2000	15.883	4.588	20.471	3.761
Dezembro	15.883	4.588	20.471	685
Novembro	17.570	3.590	21.160	103
Outubro	17.167	2.913	20.080	376
Setembro	16.545	2.898	19.443	570
Agosto	15.879	2.598	18.477	180
Julho	15.785	2.286	18.071	104
Junho	15.094	2.275	17.369	643
Maio	14.375	2.023	16.398	115
Abril	14.942	2.014	16.956	185
Março	14.419	1.706	16.125	546
Fevereiro	14.491	774	15.265	177
Janeiro	15.223	216	15.439	77
1999	15.164	215	15.379	3.469
Dezembro	15.164	215	15.379	675
Novembro	15.646		15.646	120
Outubro	14.676		14.676	177
Setembro	13.989		13.989	583
Agosto	14.561		14.561	192
Julho	14.592		14.592	86
Junho	14.357		14.357	622
Maio	14.208		14.208	108
Abril	13.968		13.968	147
Março	13.442		13.442	516
Fevereiro	13.857		13.857	186
Janeiro	14.334		14.334	67

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)

- Desemprego

Ano/Trimestre	Taxa de desemprego (em % da PEA)
1999 I	11,9
1999 II	10,7
1999 III	11
1999 IV	11,4
2000 I	16
2000 II	15
2000 III	15,4
2000 IV	13,5
2001 I	15,3
2001 II	14
2001 III	14,1
2001 IV	12,1
2002 I	15,3
2002 II	15,6
2002 III	16,3
2002 IV	16
2003 I	19,7
2003 II	18,9
2003 III	17,9
2003 IV	15,6
2004 I	17,3
2004 II	16,1
2004 III	15
2004 IV	12,5
2005 I	14,3
2005 II	12,2
2005 III	12,1
2005 IV	10,4
2006 I	11,1
2006 II	10
2006 III	10,1
2006 IV	8,9
2007 I	10,3
2007 II	8,4
2007 III	8,5
2007 IV	6,7
2008 I	8,5
2008 II	7,5
2008 III	7,2

Fonte: Cepal

-Salário real

Ano/Trimestre	Salário real (em Bolíviares)
1999 I	93
1999 II	98
1999 III	97
1999 IV	96
2000 I	95
2000 II	100
2000 III	101
2000 IV	102
2001 I	106
2001 II	108
2001 III	107
2001 IV	105
2002 I	102
2002 II	98
2002 III	92
2002 IV	86
2003 I	81
2003 II	77
2003 III	77
2003 IV	77
2004 I	77
2004 II	79
2004 III	78
2004 IV	79
2005 I	80
2005 II	82
2005 III	80
2005 IV	80
2006 I	85
2006 II	86
2006 III	84
2006 IV	82
2007 I	82
2007 II	88
2007 III	86
2007 IV	86
2008 I	79
2008 II	86
2008 III	83

Fonte: Cepal

- Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

**Formação bruta de capital fixo
Por setor institucional e tipo de ativo
A preços constantes de 1997
(variações pontuais)**

	Setor público				Total Público	Setor privado				Total Privado	Total
	Edificações e outras construções	Equipamentos de transporte	Outras máquinas e equipamentos	Resto		Edificações e outras construções	Equipamentos de transporte	Outras máquinas e equipamentos	Resto		
2007 (*)	16,8	2,8	(23,3)	3,9	4,4	16,4	31,1	57,6	64,7	39,9	25,4
IV 07 / IV 06	22,0	18,0	(24,8)	20,5	6,2	15,7	30,7	64,4	100,5	42,6	25,2
III 07 / III 06	14,1	(39,2)	(35,5)	(19,8)	(3,3)	(5,1)	(15,3)	98,1	68,4	33,6	19,5
II 07 / II 06	16,3	8,8	(18,6)	(23,3)	4,6	12,9	75,4	51,6	1,2	42,2	25,9
I 07 / I 06	12,7	62,0	5,6	53,8	14,0	59,6	90,8	20,1	64,0	42,9	33,9
2006 (*)	27,0	(10,6)	10,8	13,8	19,9	45,9	41,6	20,8	17,5	31,7	26,6
IV 06 / IV 05	28,1	(30,0)	15,5	42,3	20,8	33,3	62,1	16,7	106,1	36,6	28,5
III 06 / III 05	18,4	34,7	28,0	0,9	20,4	80,6	73,2	19,1	(19,4)	44,6	34,3
II 06 / II 05	32,7	11,5	12,8	29,4	26,0	41,1	2,2	12,3	34,2	18,3	21,5
I 06 / I 05	31,8	(22,1)	(30,6)	(26,9)	8,6	25,9	12,9	34,2	(7,8)	25,5	19,7
2005 *	20,1	75,2	26,1	75,7	25,5	31,2	49,5	75,7	(10,3)	49,6	38,1
IV 05 / IV 04	28,2	108,8	52,0	22,4	38,8	46,7	15,1	42,4	(57,2)	24,5	31,4
III 05 / III 04	11,0	42,2	17,3	61,0	15,4	48,6	43,1	71,2	(11,9)	50,2	33,1
II 05 / II 04	33,9	43,5	40,9	136,7	39,4	9,6	81,2	83,3	(9,0)	51,1	46,0
I 05 / I 04	6,7	50,6	(14,8)	225,8	4,6	25,1	112,6	116,4	164,6	86,9	47,1
2004	26,2	87,1	55,8	118,7	37,6	22,2	139,0	89,7	17,2	62,7	49,7
IV 04 / IV 03	6,7	198,5	37,1	231,2	23,1	28,5	191,8	43,3	69,0	64,7	41,6
III 04 / III 03	53,2	59,6	47,4	165,8	54,4	(1,6)	154,6	96,8	53,8	62,3	58,3
II 04 / II 03	8,9	35,9	46,2	58,3	19,7	42,8	100,0	107,8	(13,2)	65,7	41,8
I 04 / I 03	52,3	11,1	129,3	(0,3)	69,6	22,1	77,1	161,5	(48,4)	56,5	62,6
2003	(30,7)	(58,7)	(32,8)	(27,1)	(32,1)	(50,7)	(58,9)	(17,9)	(14,3)	(41,5)	(37,0)
IV 03 / IV 02	(27,4)	(18,7)	19,9	17,9	(17,2)	(40,7)	(19,2)	49,2	43,1	(7,5)	(13,2)
III 03 / III 02	(27,0)	(38,8)	(25,0)	(28,8)	(26,8)	(46,1)	(39,0)	(10,4)	(17,5)	(33,5)	(30,3)
II 03 / II 02	(23,4)	(62,2)	(44,0)	(32,6)	(31,2)	(52,4)	(62,3)	(31,6)	(21,4)	(47,1)	(39,9)
I 03 / I 02	(48,3)	(81,6)	(65,5)	(45,4)	(55,8)	(60,7)	(81,7)	(57,2)	(35,4)	(63,5)	(60,3)
2002	52,8	103,7	(14,6)	(4,5)	25,1	(43,9)	(33,5)	(39,5)	14,1	(38,1)	(18,3)
IV 02 / IV 01	45,0	25,4	(27,5)	(33,3)	19,2	(51,9)	(59,0)	(49,6)	(22,4)	(51,5)	(26,0)
III 02 / III 01	52,2	45,0	(17,2)	6,9	23,0	(43,3)	(52,7)	(39,6)	29,3	(41,6)	(21,9)
II 02 / II 01	51,1	111,4	(12,8)	(43,1)	0,2	(31,1)	(31,1)	(37,8)	20,0	(36,8)	(18,9)
I 02 / I 01	69,8	249,6	(2,0)	7,4	37,3	(37,6)	14,1	(31,7)	28,0	(23,2)	(5,9)
2001	(8,8)	7,1	19,0	309,2	3,6	31,0	38,4	(4,7)	(6,0)	19,1	13,8
IV 01 / IV 00	(4,4)	5,5	(3,0)	209,8	(2,1)	2,4	36,0	(23,0)	(5,4)	(1,0)	(1,4)
III 01 / III 00	(16,3)	(1,3)	15,7	216,6	(3,3)	49,2	27,6	(8,0)	(40,8)	19,9	11,7
II 01 / II 00	(16,8)	1,7	21,0	412,6	(0,7)	51,2	31,9	(2,1)	21,7	28,7	18,3
I 01 / I 00	7,5	29,9	53,5	514,7	30,6	30,5	67,6	23,1	26,6	33,7	32,8
2000	13,5	(40,6)	(3,3)	(63,4)	3,8	(10,6)	26,1	12,8	5,2	2,0	2,6
IV 00 / IV 99	2,9	(30,2)	20,3	(41,4)	6,6	10,9	48,3	10,9	25,0	25,2	17,7
III 00 / III 99	51,5	(30,7)	(7,8)	(65,3)	19,4	(22,6)	47,3	8,2	20,7	(1,5)	4,9
II 00 / II 99	6,9	(41,0)	(3,9)	(71,2)	(0,3)	(24,8)	25,2	10,2	(17,7)	(7,7)	(5,2)
I 00 / I 99	2,1	(58,0)	(21,0)	(71,4)	(12,6)	(3,2)	(10,7)	(7,4)	(6,6)	(5,9)	(7,9)
1999	(29,7)	21,3	(31,2)	(14,0)	(29,0)	(2,0)	(36,8)	13,7	(15,3)	(6,4)	(15,5)
IV 99 / IV 98	(13,7)	48,8	(42,7)	(43,1)	(24,6)	1,9	(21,9)	(6,2)	(43,2)	(7,5)	(15,2)
III 99 / III 98	(45,0)	59,0	(34,2)	16,6	(38,2)	(11,6)	(17,5)	8,0	8,4	(6,6)	(19,4)
II 99 / II 98	(25,3)	2,0	(30,4)	(23,3)	(26,6)	4,8	(46,9)	16,7	(19,2)	(7,0)	(14,7)
I 99 / I 98	(39,0)	2,8	(10,2)	9,4	(26,4)	(1,2)	(46,4)	48,3	3,1	(4,5)	(12,5)

Fonte: Banco Central de Venezuela (BCV)